

04

DISCURSOS

III SÉRIE

LÍNGUA, CULTURA E SOCIEDADE

A CONSTRUÇÃO DA EUROPA



*Universidade
Aberta*

O TERRITÓRIO PORTUGUÊS NO QUADRO DAS SOLIDARIEDADES COMERCIAIS ATLANTO- -MEDITERRÂNEAS DO BRONZE FINAL

João Luís Cardoso

(Universidade Aberta e Academia Portuguesa da História)

“Sou um ocidental extremo para quem o Oriente é a fronteira de Hespânia. E sou exactamente o contrário d’isso mesmo — sou um ocidental extremo para quem, súbdito do mar e do céu, não há fronteira nenhuma”

Fernando Pessoa

O Bronze Final corresponde ao último período da Pré-História. O intervalo cronológico situável entre o princípio do século XIII (ou mesmo o anterior) e os finais do século IX/inícios do século VIII AC, é um dos mais ricos da pré-história portuguesa: com o aumento da informação arqueológica, foi possível levar a pormenorização da reconstituição histórica a um nível até então desconhecido, nas suas duas mais importantes vertentes: a económica e a social, a que se soma a cultural (incluindo, naturalmente, a componente religiosa). Acresce o facto de, no Bronze Final, ser já possível o aproveitamento das fontes escritas disponíveis para o conhecimento da realidade da época,

especialmente no concernente à Paleontologia dos povos antigos que ocuparam o território hoje português. Deste modo, o Bronze Final corresponde a uma fase de transição, da Pré-História para a Proto-História, justificando-se nesta última, sobretudo, ao nível da análise das fontes escritas, confrontando-as com a realidade arqueológica conhecida. Em tal domínio, têm avultado os trabalhos de Jorge de Alarcão. Neste estudo, a época em apreço será abordada sob uma perspectiva estritamente arqueológica e apresentada de forma mais sucinta que a riqueza e diversidade dos dados arqueológicos o permite. Por outro lado, para não sobrecarregar o texto, optou-se por não o pontuar de referências bibliográficas, indicando-se, contudo, no final do trabalho, toda a *bibliografia utilizada*.

Parece poder situar-se globalmente o fim do Bronze Pleno no território português na passagem do terceiro para o último quartel do II milénio AC: tais são as informações resultantes das escassas datações absolutas disponíveis. Nessa época, é possível admitir três grandes domínios geográficos, em função da exploração dos recursos naturais da sua simples posição no território: o Norte e Centro Interior (Minho, Trás-os-Montes e Beiras) com numerosos jazigos de estanho, que em boa parte já seriam objecto de exploração; o Sul (Alentejo e Algarve), onde abundavam os jazigos de cobre, em especial ao longo da faixa piritosa, então pontuada por “chapéus de ferro” constituídos por diversos elementos ou compostos entre os quais avultava o cobre nativo, para além do ouro e dos carbonatos de cobre (malaquites), também passíveis de exploração com os recursos tecnológicos da época; e, finalmente, a Estremadura, no sentido geográfico que lhe é conferido por Orlando Ribeiro, até ao Cabo Mondego, com uma ampla frente oceânica que, implantada entre esses dois grandes domínios, e fazendo a ligação entre ambos, constituía via privilegiada de acesso ao interior do território e ao escoamento de produtos dali oriundos através dos três principais vales que a atravessam, desde cedo constituídos em importantes vias de circulação e de comércio: a Norte, o Mondego; e a Sul, o Tejo e o Sado.

Na região entre Douro e Minho, na transição do II para o I milénio AC, onde uma economia agro-pastoril se encontrava florescente e estabilizada desde o Bronze Pleno, o povoamento parece dar continuidade ao vigente até então: dominam núcleos dispersos e abertos, sem preocupações defensivas, onde decorria, aparentemente, e sem sobressaltos de maior, intensa actividade

agro-pastoril: os povoados de Bouça do Frade (Baião), onde se encontraram estruturas subterrâneas de armazenamento, Monte Calvo e Lavra, documentam tal realidade, embora não seja impossível admitir que tenham integrado territórios mais vastos, administrados por populações sediadas em sítios altos e defensáveis como o Castelo de Matos. Com efeito, foi na região em apreço que teve início a Cultura Castreja do NW (Fase I A de A. Coelho), com base nos testemunhos registados em diversos sítios. Trata-se de locais implantados, em geral, em esporões rochosos dominando vales fluviais, onde se desenvolveria a agricultura a pecuária e por onde as produções mineiras (estanho e ouro), para além de outras mercadorias poderiam ser escoadas ou comercializadas, constituindo-se assim em importantes pólos de circulação.

Tais povoados possuíam cabanas ovais ou circulares, cuja origem é ainda pouco clara (provavelmente meridional), nas quais se desenvolveriam actividades muito diversas, com destaque para a metalurgia; as datações existentes para alguns deles, com dispositivos de defesa já envolvendo muralhas de alvenaria (Côto da Pena, Caminha) ou fossos e taludes (S. Julião, Vila Verde) indicam os finais do II milénio AC/inícios do milénio seguinte, sendo, deste modo, contemporâneos do povoado aberto da Bouça do Frade (Baião).

Ainda no Minho, ao longo do vale do Cávado, A. Bettencourt identificou, no Bronze Final, a coexistência de três tipos de implantação humana: em sítios de portela, dominando a comunicação com os vales, sediavam-se os povoados mais importantes, de carácter permanente; foram tais locais, frequentemente com manifestações de arte rupestre do “tipo galaico-portuguesa”, que, nalguns casos, se afirmaram no decurso da Idade do Ferro. Trata-se, pois, de sítios que revelam a consolidação do processo de sedentarização das populações, em consequência directa de uma prática agro-pastoril cada vez mais complexa e intensiva. Um segundo e terceiro tipo de implantação, diz respeito a povoados de menor duração, sem continuidade pela Idade do Ferro, em zonas mais baixas, mais directamente relacionadas com os terrenos aluvionares dos fundos dos vales, de alta aptidão agrícola. Esta situação revela a existência, já nos finais da Idade do Bronze, de uma hierarquização do povoamento. Assim, os povoados de altura, deteriam um importante papel como centros estruturantes da ocupação humana, tanto do ponto de vista económico e social, como ainda

simbólico do poder neles sediado, ali se efectuando cerimónias religiosas, que hoje totalmente nos escapam, como parecem sugerir as manifestações de arte rupestre neles existentes: é o caso dos povoados de Falperra (Braga), Roriz (Barcelos), S. Lourenço (Esposende) e S. Julião (Vila Verde), entre outros. Era ali que residiam as elites, talvez já estruturadas em linhagens hereditárias. Ao mesmo tempo, nos povoados de implantação mais baixa, praticar-se-ia uma agricultura intensiva, conforme é comprovado pela existência de numerosas fossas abertas no saibro (Bouça do Frade, Baião), utilizadas como silos, o que denuncia, outrossim, assinalável tendência para a sedentarização, mesmo em povoados secundários.

A existência de sítios altos e defensáveis, tem equivalente noutras áreas do interior, como é o caso dos povoados da Beira Baixa, estudados por R. Vilaça: trata-se povoados de Castelejo (Sabugal); Monte do Frade (Penamacor); Alegrios e Moreirinha (Idanha-a-Nova), globalmente situados, com base nos resultados das datações de radiocarbono efectuadas, entre os séculos XII/XI e IX AC. No povoado do Monte do Frade, objecto de uma sua ulterior reinterpretação, a área construída na parte superior do monte ter-se-ia limitado a uma cabana, cercada de penedos, alguns deles com “fossettes” insculturadas. Muito embora estes motivos rupestres possuam longa cronologia, desde pelo menos o Neolítico Final, a sua presença foi relacionada no Bronze Final, com grupo humano ali instalado talvez uma única família, dada a pequenez da área construída, que não ultrapassava os 126 m², com ascendência sobre o todo social, ocupando o sopé do monte; a ser assim, as referidas manifestações artísticas, seriam expressão de práticas religiosas, cujo exercício era reservado a uns poucos; é nítida a semelhança com a situação descrita por A. Bettencourt para os povoados de altura do vale do Cávado.

Ainda que seja aliciante e, mesmo, lógica, a possibilidade de a cultura castreja remontar ao Bronze Final, é, para S. Oliveira Jorge discutível que, de facto, o povoamento de altura que se vislumbra no Bronze Final esteja na origem daquela a qual foi objecto de notável estudo de caracterização por Armando Coelho. Segundo a autora, não só tal estratégia se encontra documentada, especialmente no Bronze Final II em outras regiões, como a Estremadura e o Alentejo, como, na própria área geográfica correspondente, nem sempre os sítios continuaram ocupados na Idade do Ferro, ou foram-no noutros sectores dos correspondentes ao Bronze Final, como

é o caso de S. Julião e de Barbudo. Outros sítios que aparentemente continuaram a ser habitados em continuidade (Coto da Pena, Caminha) podem ter sofrido transformações habitacionais, no decurso do século VII/VI AC, ainda difíceis de avaliar, dada a ausência de monografias detalhadas ao nível de cada povoado.

Deste modo, a ocupação de sítios altos, no final da Idade do Bronze, por todo o Norte e Centro de Portugal, sugere a existência de elites com prestígio acumulado, a quem competia o exercício de funções temporais e religiosas, e manutenção da coesão e estabilidade sociais de cada uma destas comunidades, individualizadas entre si não só territorialmente mas também do ponto de vista cognitivo. Às elites referidas estaria reservada a posse e controlo da terra e das respectivas produções agro-pastoris, bem como das zonas de exploração mineira e das vias de circulação que permitiam a comercialização de tais matérias-primas, o que requeria, naturalmente, a existência de uma elite capaz de representar e fazer valer os direitos da comunidade, se necessário fosse, de forma violenta. Parece, no entanto, que o nível de conflitualidade era contido, como sugere a ausência de muralhas e de armas entre os espólios dos povoados; a baixa densidade de ocupação, deixando livres vastas áreas para a agricultura e pastoreio, repartidas pelos diversos núcleos, todos de pequenas dimensões, obviaram a situações de conflito efectivas.

No Monte do Frade (Penamacor), a possibilidade de ter sido apenas uma pequena elite a ocupar o seu topo, é ainda sugerida pela ocorrência de uma faca de ferro, anterior à generalização do uso deste metal no ocidente peninsular. À época, o ferro constituía certamente uma matéria de elevado custo, conferindo prestígio e estatuto aos seus possuidores. Facas curvas de ferro foram recolhidas no povoado da Moreirinha, também datado entre os séculos XII/XI e IX AC, correspondendo, igualmente, a introduções exógenas e, repita-se, mais a itens sócio simbólicos do que a peças funcionais. Ao contrário das peças aludidas, nada há, no restante espólio que não indique produções locais, incluindo de peças de bronze, o que não significa ausência de trocas comerciais trans-regionais: a presença de cerâmicas de ornatos brunidos do tipo “Lapa do Fumo/Alpiarça”, de Sabugal aos estuários do Tejo e do Sado, revela justamente o contrário, expressando as rotas de escoamento do estanho, aproveitando o vale do Tejo. Por outro lado, existem cerâmicas do tipo “Carambolo” nos povoados da Moreirinha e da Cachouça,

situados no sul da Beira Interior, as quais, embora excepcionais, revelam influências andaluzas, pela via continental, enquanto que as cerâmicas, igualmente muito raras, do “tipo Baiões”, presentes nos povoados de Alegrios e de Cachouça, indicam conotações com o mundo do Bronze Final da Beira Alta. Enfim, tal como o observado no Minho, também na Beira Baixa se encontraram cerâmicas do “tipo Cogotas”, em Moreirinha e Monte do Frade, o que mostra a existência de relações com a região espanhola da Meseta, estendidas a toda a parte Norte e Centro do território português, no decurso do Bronze Final.

Na Beira Alta, caracterizou-se arqueologicamente um grupo com expressão cultural designado por “Baiões/Santa Luzia”, sendo dele particular um determinado conjunto de formas e decorações cerâmicas.

Trata-se das cerâmicas ditas do “tipo Baiões”, designação que integra um determinado conjunto de formas mais ou menos padronizadas de bom acabamento, com superfícies brunidas, lisas ou, mais raramente, decoradas. Admitiu-se que o sistema de povoamento respectivo se baseava em sítios de altura, a partir dos quais se administravam territórios com delimitações precisas. Estes eram atravessados por “corredores” de circulação trans-regional cuja importância foi salientada por J. C. de Senna-Martinez, por onde eram comerciados objectos de bronze, entre os quais adornos, destinados às elites locais, que cedo teriam estabelecido alianças políticas entre si (talvez fortalecidas por laços matrimoniais). Assim se terá viabilizado não só aquele comércio — com a obtenção das consequentes mais-valias — mas também favorecido a rápida adopção de novas tecnologias metalúrgicas, expressas na reprodução local de modelos metálicos exógenos. Tratava-se, pois, de um equilíbrio que a todos interessava, alicerçado em pactos de boa vizinhança e de solidariedades económicas, sem embargo da existência de um clima de competitividade, a que correspondia a necessidade do estabelecimento e manutenção dos aludidos pactos. O início do povoamento de altura pode, também aqui, situar-se ainda nos finais do II milénio AC: é o que indicam as datações absolutas disponíveis para os Castros de S. Romão (Seia), Santa Luzia (Viseu) e Nossa Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul), todos eles ainda provavelmente ocupados no decurso do século VIII AC. Ter-se-ia verificado, nesta 2.^a fase do Bronze Final, abarcando na região os séculos X a VIII AC, intensificação do comércio trans-regional, sobretudo do estanho, para o Sul, o que conduziu à

emergência de locais centrais como os referidos, onde se coordenaria aquela actividade, de que o último dos castros referidos é expressivo exemplo.

Na Estremadura, desprovida de estanho e sendo o cobre muito escasso, quase inexistente, desenvolveu-se uma intensa especialização agro-pecuária, aliás comum às restantes áreas geográficas mencionadas, a qual não dispensou a continuidade das práticas de recollecção, tanto de produtos florestais (glandes de *Quercus* sp.) como litorais, para além da caça e da pesca, cujos testemunhos são frequentes. É neste contexto que se explica a presença de numerosos casais agrícolas ou de pequenos povoados dispersos na região em torno de Lisboa, ocupada por solos de alta aptidão cerealífera, intensamente praticada. Tal como no Norte, é possível que a génese destes povoados abertos seja anterior ou tenha acompanhado a emergência de sítios de altura: é o que sugere o resultado das cinco datações pelo radiocarbono do povoado aberto, implantado em encosta suave e adjacente ao estuário do Tejo, da Tapada da Ajuda, correspondentes ao início do Bronze Final, cerca de meados do século XIII AC. A comunidade pacífica ali instalada, habitando casas de planta elipsoidal de alvenaria de blocos basálticos — com antecedentes locais, como se conclui pelas cabanas campaniformes de Leceia — dedicava-se à criação de animais domésticos (ovinos, bovinos e suínos) e à intensa recollecção e à pesca, no estuário — como as suas antecessoras calcolíticas — e, em menor escala, à caça do veado. Porém, a actividade principal era a produção intensiva e extensiva de cereais (por certo do trigo), expressivamente documentada pelas centenas de elementos de foices denticulados sobre lascas de sílex originalmente montados em cabos de madeira, igualmente abundantes noutros povoados do mesmo tipo da região, como o do Alto das Cabeças, em terrenos actualmente ocupados pelo Taguspark (Oeiras). O volume potencial de tais produções ultrapassaria em muito as necessidades domésticas da comunidade que ali vivia. Deste modo, a laboriosa actividade sedentária e pacífica desenvolvida na Tapada da Ajuda, paradigma dos numerosos locais situados nos arredores de Lisboa, em boa parte inventariados por G. Marques, só poderá ser devidamente compreendida se integrada numa estrutura sócio-económica organizada à escala regional, ancorada em núcleos demográficos mais importantes, a partir dos quais se administrariam territórios bem delimitados: em um destes se integraria o povoado da Tapada da Ajuda, talvez dependente do importante

povoado de altura do Bronze Final situado na colina do Castelo de S. Jorge, do qual ainda muito pouco se sabe.

Que este modelo de exploração intensiva da terra se prolongou, na região, até fase tardia do Bronze Final, é-nos indicado pelas datas de radiocarbono obtidas por L. Barros no casal agrícola da Quinta do Percevejo (Almada) indicando ocupação dos séculos XI/X AC. Haveria, deste modo, uma estrutura de poder político emergente, no seio de cada conjunto de casais agrícolas ou de pequenos povoados abertos, unidos certamente por laços de parentesco. Assim sendo, a emergência de povoados de altura na região – fenómeno também observado nas restantes áreas culturais do País, marcando visualmente a paisagem – é indissociável da afirmação de centros de poder administrativo (que eram também de carácter económico) e da correspondente fragmentação do espaço geográfico em territórios circunscritos. A correspondência de cada comunidade a um determinado território, cuja “cabeça” seria corporizada por um povoado de altura, fortificado ou não, servindo de referência visual e simbólica a toda a comunidade, poderá estar na origem de uma estrutura social que perdurou até à Romanização, sobretudo no Norte, com a sequente afirmação da Cultura Castreja. Com efeito, os aludidos territórios funcionavam não só como áreas de produção primárias, tanto de bens alimentares, como de manufactura e transformação de matérias-primas, mas ainda como espaços por onde circulavam os produtos comerciados, ao longo dos caminhos que os percorriam, alguns de origem seguramente muito antiga, calcolítica ou mesmo neolítica, mas que seriam doravante apropriados pelas comunidades sediadas nos referidos povoados de altura, ou das elites que as representavam; a emergência de elites, parece ser, efectivamente, uma realidade nova e incontornável do Bronze Final, sendo indispensável, como bem sublinhou J. de Alarcão, à gestão interna dos centros demográficos de maiores dimensões, como alguns, já então existentes tanto no Alto como no Baixo Alentejo (como o povoado de altura da Coroa do Frade, Évora, do qual, porém, muito pouco ainda se sabe). Na Estremadura, conquanto ainda não se tenha escavado nenhum grande povoado de altura sobretudo no final do Bronze Final, a sua existência mantém-se em aberto (caso do castelo da Amoreira, situado na região de Loures), para além de numerosos sítios de altura, com excelente visibilidade, como o Penedo de Lexim e o Cabeço de Moinhos (Mafra), Ota (Alenquer), Castelo dos Mouros (Sintra), Cabeço

Mouro (Cascais) e Monte da Pena (Torres Vedras). Pelo menos em cinco deles foram recolhidos fragmentos de cerâmicas finas, com ornatos brunidos, os quais, para além de se poderem associar ao quotidiano das elites, configuram uma etapa tardia do Bronze Final, situável entre os séculos XI e IX AC (Bronze Final II), compatível com a cronologia dos povoados homólogos do Sul da Beira Interior, onde se recolheram, como atrás se disse, fragmentos destas cerâmicas. Com efeito, na Tapada da Ajuda, o único povoado estremenho datado do início do Bronze Final (Bronze Final I), não se recolheu um único fragmento destas cerâmicas, apesar dos milhares de elementos compulsados.

A ausência de estanho e de cobre (ao menos em quantidades mínimas para ter algum interesse comercial), não impediu a Estremadura de os obter, por trocas comerciais, com o Norte e Centro, através do vale do Tejo, ou da navegação litoral e fluvial com o Alentejo, usando a via natural de circulação que é o Sado; da primeira provinha o estanho, enquanto a segunda fornecia o cobre, ambos provavelmente já reduzidos a lingotes. Com efeito, a prática de metalurgia nesta região, encontra-se exemplarmente documentada pelo molde de foices de talão achado em Casal Rocanes, Cacém (Sintra); tais foices, designadas por foices de “tipo Rocanes”, substituíram, em fase tardia do Bronze Final (ao longo do século IX AC) as suas antecessoras de madeira e sílex, denunciando as melhorias introduzidas ao nível do sistema produtivo, cujos benefícios justificaram, por outro lado os investimentos em tais equipamentos, de produção dispendiosa (**Fig. 1**). No território português, foram até ao presente publicados 25 exemplares deste modelo, distribuídos pelo Centro e Sul do País, com apenas duas excepções, a Norte do Douro, onde tal modelo era também fabricado, como se conclui pelo molde escavado em rocha granítica do castro de Álvora; deste modo, no território estremenho é fácil antever, nos excedentes de produção cerealífera e nas mais valias decorrentes de posição estratégica desta região face ao comércio transregional do cobre e do estanho, as bases económicas suficientes para assegurar o abastecimento das populações residentes em cobre e em estanho, sob a forma de lingotes, ou dos próprios objectos manufacturados. Como exemplo, também da fase tardia do Bronze Final (II), é de referir a abundância de machados de bronze de alvado, cuja maior concentração se observa precisamente na área estremenha, tal como a dos machados unifaces de talão, segundo a distribuição apresen-

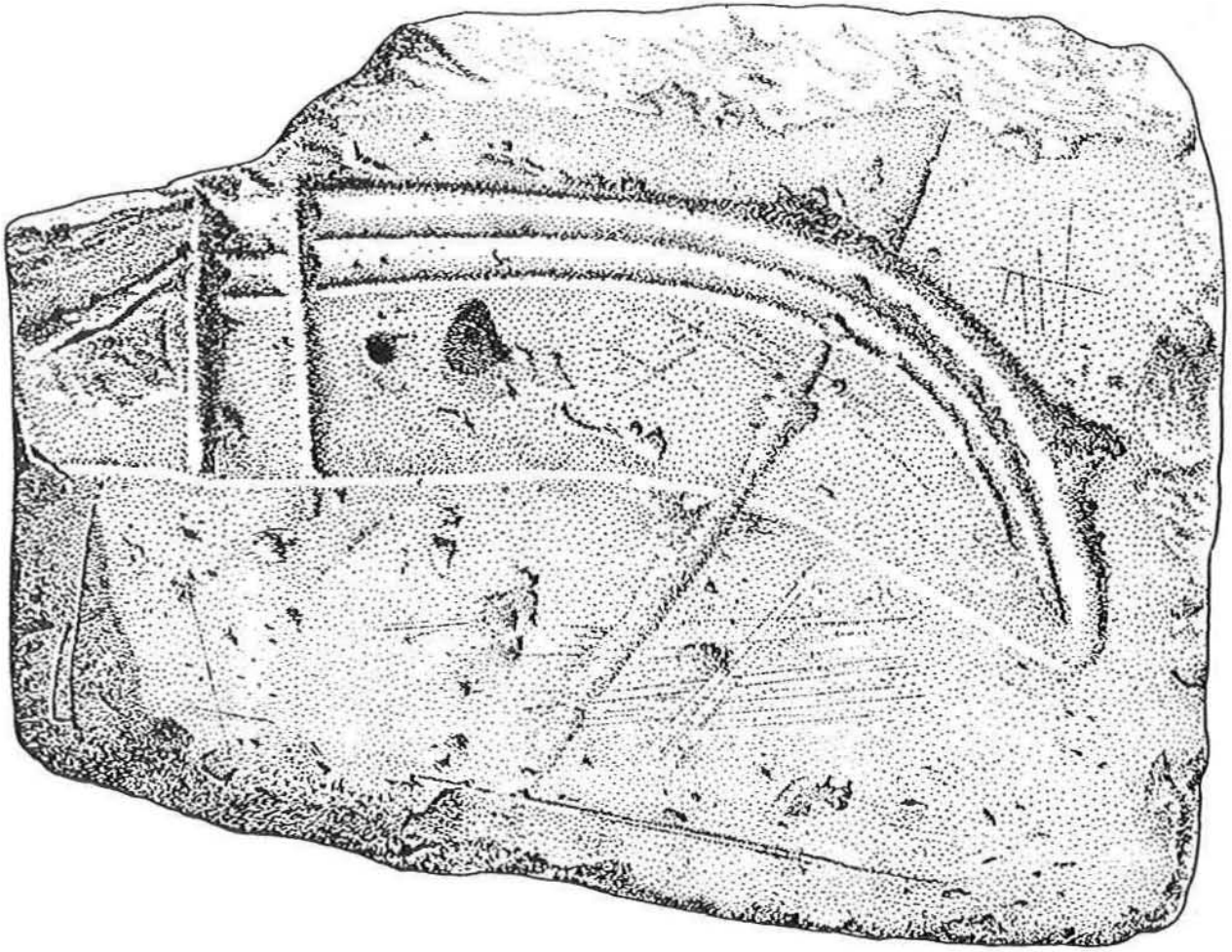


Fig. 1 — Molde uniface para produção de foices de talão, do “tipo Rocanes”, recolhido no local epónimo, Casal Rocanes, Cacém, Sintra (desenho inédito de H. Figueiredo, cedido por J. R. Carreira). Comprimento máximo: 21,2 cm.

tada tanto por L. Monteagudo, em 1977 como por A. Coffyn (1985) (Fig. 2).

O mapa de distribuição apresentado por este último autor para os três tipos artefactuais referidos – foices do tipo Rocanes, machados de alvado de duas argolas e machados planos de talão — mostra que a única área em que coexistem, no ocidente peninsular, é a Estremadura. Sejam ou não de fabrico local (apenas provado para as foices), a presença destes materiais, de produção dispendiosa, revela a capacidade económica atingida no Bronze Final II pelas populações residentes na Estremadura. Sem recursos naturais que justificassem a emergência de elites por simples processo de acumulação da riqueza, visto não se crer que os recursos potenciais de tipo agrícola



Fig. 2 — Machados de alvado da baixa Estremadura: 1 — Pedreiras (Sesimbra), 2 — Arruda dos Vinhos; 3 — Castro da Ota (Alenquer); 4 — Penedo de Lexim (Mafra); 5 — Abrigada (Alenquer); 6 — Alfarim (Sesimbra); 7 — Casa da Moura (Torres Vedras); 8 — Cabeço de Moinhos (Mafra); 9 — Alfarim (Sesimbra) (Seg. Cardoso, 1998-1999).

tenham sido suficientes para tal, a génese e florescimento das elites do Bronze Final II só poderá ser eficazmente compreendida pela própria metalurgia do bronze e consequente comercialização dos produtos manufacturados: os detentores do poder, actuariam como intermediários na circulação de tais bens — onde também se poderiam incluir os minérios de cobre e de estanho sob a forma de lingotes — arrecadando as mais-valias da respectiva distribuição, tanto a nível local como, sobretudo, no âmbito transregional e, até, extra-peninsular.

De facto, no quadro das solidariedades comerciais atlântico-mediterrâneas então estabelecidas, a importância da Estremadura decorre imediatamente da sua excepcional posição geográfica, servida por excelentes ancoradouros, a começar pelos existentes nas zonas vestibulares do Mondego, do Tejo e do Sado. Assim se explica as numerosas peças encontradas em sítios do Mediterrâneo Central (Itália, Sardenha e Sicília), inventariadas por Lo Schiavo, de onde se destaca o célebre depósito do Monte Sa Idda (Sardenha), atribuível aos séculos X ou IX AC, o qual incluía abundantes peças de modelo peninsular, muito provavelmente oriundas da Estremadura portuguesa (**Fig. 3**).

Aos argumentos aduzidos a favor do sucesso económico das populações estremenhas do final do Bronze Final, podem juntar-se os decorrentes da exploração de produtos de alta valia, disponíveis nos estuários do Tejo e do Sado e na zona oceânica a eles adjacente. Trata-se do sal, cuja exploração, no Bronze Final, embora não se encontre demonstrada, seria altamente provável, à semelhança do verificado no Sudeste peninsular, e ainda do ouro aluvial, tanto nas praias modernas como nos depósitos sedimentares pliocénicos existentes de ambos os lados do estuário (em Oeiras, Almada e na Adiça), provavelmente explorado já no Calcolítico (caso do sítio campaniforme do Miradouro dos Capuchos, Almada). Aliás, nos referidos locais a exploração do ouro foi uma realidade (*al-madan* = a mina, em árabe), tanto na época medieval, como nos tempos modernos, conhecendo-se mesmo os quantitativos extraídos no decurso do primeiro quartel do século XIX, indicados pelo Barão de Eschwege (1830). Com efeito, o sítio da quinta do Marcelo (Almada), situado perto da orla costeira, datado pelo radiocarbono nos séculos XI/X AC e IX AC, foi atribuído por L. Barros a acampamento sazonal especializado no garimpo das areias auríferas. Ali se recolheu o que poderá ser uma copela e pilões de pedra, para o esmagamento

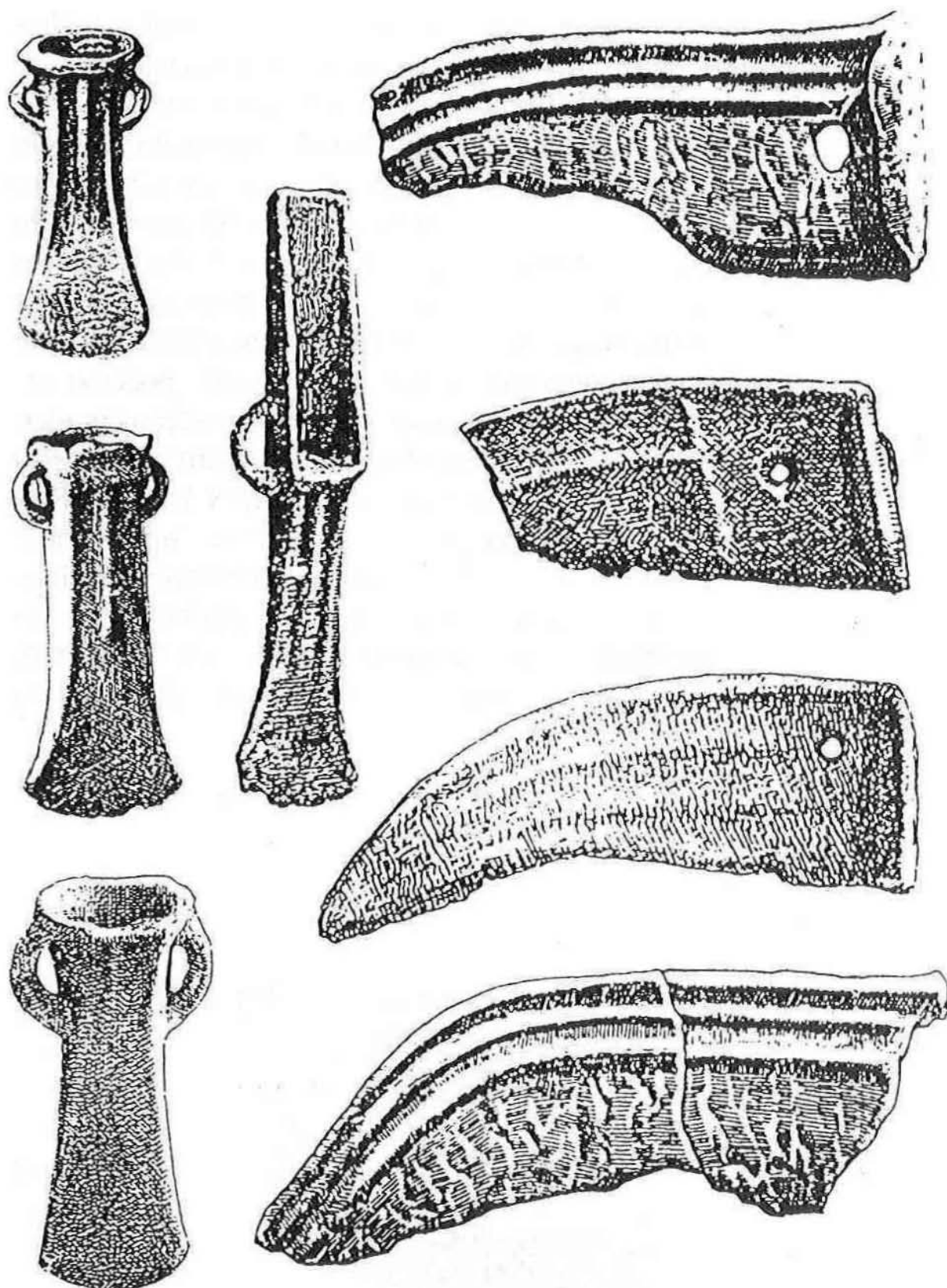


Fig. 3 — Bronzes do Monte Sa Idda, Sardenha, de produção peninsular, provavelmente estremenha, ou de imitação local (seg. Taramelli, 1921). Escalas diferentes.

do minério; também em abono desta actividade no referido local, a análise química revelou resíduos de ouro e de mercúrio, no fundo de uma taça.

Com aquele ou outro ouro se fizeram jóias auríferas, outro indicador da existência de elites no Bronze Final II. O exemplo mais notável do território português é o colar do casal de Santo Amaro, encontrado cerca de 2 km a Norte de Sintra, aparentemente numa sepultura de inumação, aproveitando o espaço formado por duas bancadas de calcário e coberta por lajes irregulares. A tipologia da peça, sem dúvida a mais notável jóia pré-histórica encontrada em território português — hoje no Museu Britânico — é única, agregando três elementos que, vistos isoladamente poderão assimilar-se a colares simples maciços de ouro fundido, de secção circular, decorados por motivos geométricos incisos (**Fig. 4**). Neste particular, possui paralelo evidente nos colares de Senhora da Guia, Baiões (S. Pedro do Sul) e em vários achados da Estremadura espanhola (colares do “tipo Baiões” ou “Sagrajas/Berzocana”). As extremidades dos três elementos referidos foram soldadas por fusão adicional, enquanto o respectivo fecho foi considerado por B. Armbruster como resultante de um reaproveitamento de bracelete do tipo “Villena/Estremoz”. Ambos os tipos de jóias são

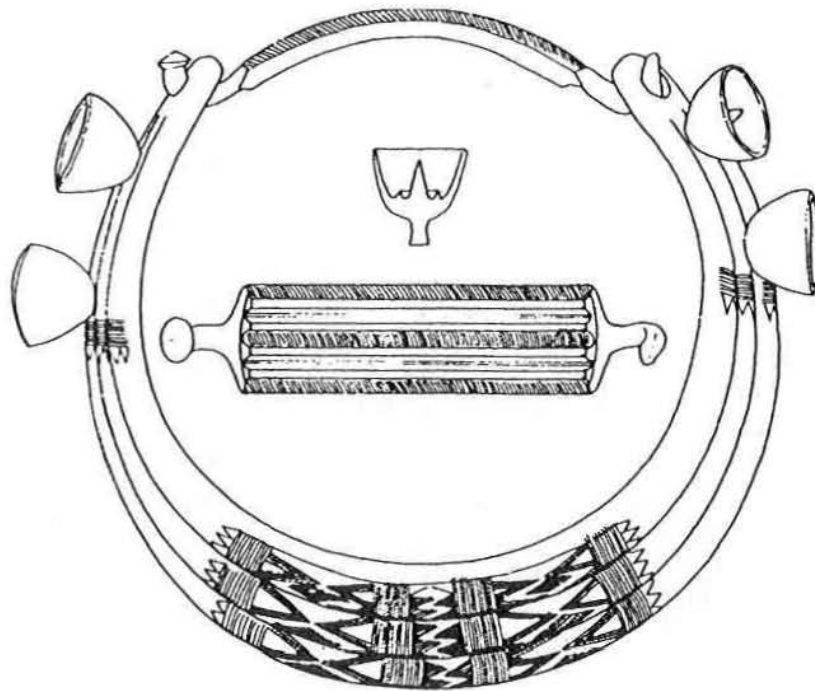


Fig. 4 — Colar de ouro do Casal de Santo Amaro, Sintra (seg. Kalb, 1990-1992).

considerados de filiação atlântica, mais acentuada no caso dos colares, enquanto as quatro campânulas fixadas por rebitagem a ambas as extremidades do aro central, são comparáveis aos terminais dos braceletes de Torre Vã (Ourique), cuja filiação mediterrânea é evidente. Assim sendo, o colar de Sintra afigura-se como a síntese de elementos de tecnologia e de tipologia muito diferentes, exprimindo exemplarmente a reunião de culturas de que a Estremadura foi palco, nos derradeiros momentos da Idade do Bronze. Está-se, por conseguinte, perante um processo em que tradições culturais diversas foram incorporadas de forma mais ou menos harmoniosa, dando lugar a uma realidade material nova. Assim sendo, esta como outras peças auríferas, como o bracelete de Cantonha (Guimarães), reflectem, em si mesmas, a originalidade cultural e a pujança criativa das comunidades do Bronze Final do ocidente peninsular, neste caso corporizadas por elementos reservados ao uso das respectivas elites.

A quantidade de ouro disponível e em circulação nesta época é expressivamente salientada pelo peso de 1264 g do colar de Sintra. O ouro abundava na Irlanda e também nas Astúrias, aqui sob a forma aluvial. Com efeito, A. Mederos Martin valorizou esta última região como fonte provável do tesouro de Villena (Alicante), que corresponde ao conjunto aurífero pré-histórico europeu mais importante de recipientes, tanto em número de peças, como em peso absoluto, logo a seguir ao recolhido em Micenas. Porém, a ausência de análises químicas sistemáticas dificulta a discussão desta questão, aumentada pela possibilidade de refusão de peças mais antigas, como bem assinalou A. Perea.

Apesar das reservas apontadas, os resultados das análises feitas a elevado número de jóias da Europa Atlântica, por Hartmann e Sangmeister, poderão servir de base para reflexão: um dos grupos auríferos isolados (Grupo N) na fachada ocidental peninsular é extremamente abundante na Dinamarca e na Irlanda, de onde poderia ser, conseqüentemente, originário. O fluxo aurífero de Norte para Sul encontraria, ainda, nalgumas peças do quotidiano, como as foices de alvado — de que se conhecem diversos exemplares em Portugal, com destaque para o conjunto recolhido no castro de Senhora da Guia (Baiões) — elemento abonatório, para além de outras peças, mais raras, como os espetos articulados de bronze, de tipo atlântico, encontrados tanto na Estremadura, como na Beira Interior; tal como, seguindo caminho inverso, se podem invocar fluxos de Sul para Norte, com

base nos achados de machados de alvado, de talão unifaces e do tipo “Reguengo Grande” (da localidade epónima do actual concelho de Lourinhã) na Bretanha, Inglaterra, Irlanda e Escócia. Aliás, uma das provas mais sugestivas dos contactos então estabelecidos entre o mundo norte-atlântico e o Portugal Central é representada pela ocorrência de contas de âmbar do Báltico: é o caso dos exemplares recolhidos no povoado de Moreirinha (Idanha-a-Nova), cuja análise química confirmou origem báltica. As outras ocorrências correspondem também a contas e provêm, igualmente, de povoados; no castro da Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul) encontrou-se mesmo um bloco de âmbar, que sugere transformação em contas no local, mais ao gosto das respectivas populações, o que explicaria a heterogeneidade tipológica de tais peças. A este produto de luxo, poder-se-iam juntar as contas de colar de pasta vítrea, anteriores à presença fenícia no litoral, dadas a conhecer por R. Vilaça, do povoado de Cachouça, que mostram a existência de outros produtos exógenos no Bronze Final ou logo no início da Idade do Ferro regional oriundos do Mediterrâneo, que acompanhariam as peças de ferro já referidas.

O Sul configura estratégia de povoamento semelhante à verificada no Centro, no Norte e na Estremadura; os numerosos povoados fortificados já identificados parecem relacionar-se, sobretudo, com a proximidade de importantes minas de cobre ou com a circulação, ao longo do Guadiana, do respectivo minério. Alguns dos povoados de altura alentejanos, vastos e com monumentais dispositivos defensivos do Bronze Final (é o caso de Coroa do Frade, Évora), possuiriam, nalguns casos, milhares de habitantes, tornando incontornável a existência de uma sociedade estratificada, na qual uma determinada elite detinha o poder, que só nesta fase avançada do Bronze Final plenamente se afirma, na sequência de longa evolução, iniciada desde pelo menos o Final do Calcolítico.

No entanto, a recollecção litoral continuou a ser actividade importante, assumindo provavelmente um carácter sazonal, documentada pelos sítios abertos de Cerradinha, junto à lagoa de Santo André (Santiago do Cacém) e de Pontes de Marchil, sobre a ria de Faro, entre outros. Verifica-se, pois, a existência de um polimorfismo no tocante às características dos sítios habitados, envolvendo povoados de diferentes dimensões e com distintas características de implantação geográfica, desde as praias litorais, passando por territórios abertos, a colinas e mesmo a

elevações, defendidas naturalmente ou ainda com recurso a dispositivos construídos para o efeito, recorrendo a muralhas, aterros ou fossos.

Em conclusão do que se referiu, o Bronze Final é caracterizado, pelo aumento notável do número e variedade tipológica das produções metalúrgicas, cuja tipologia fornece pistas não só para a reconstituição da sucessão das produções, mas também para o conhecimento das grandes vias de comércio trans-regional. É neste contexto que tem cabimento a expressão de “Bronze Atlântico”, realidade de expressão cultural que não deve ser confundida com a expressão “Bronze Final” de natureza essencialmente cronológica. Porém a sobreposição dos dois conceitos é quase uma inevitabilidade, visto o primeiro se referir ao apogeu do comércio e circulação de objectos metálicos, o qual se verificou, precisamente, no Bronze Final. Deste modo, é usual admitir-se uma fase inicial, entre os séculos XIII e X AC, no decurso da qual se afirmam as produções de carácter atlântico, mescladas com outras de índole mais marcadamente regional, como os machados de talão e duplo anel, característicos das regiões estaníferas do NW peninsular. As lanças de alvado, e as raras espadas do tipo pistiliforme (e a sua variante, em “língua de carpa”) conhecidas em território português, com distribuição mais alargada, de âmbito atlântico, documentam a integração do actual território português (afinal, uma estreita faixa entre o Oceano e a vasta região do interior peninsular) numa complexa rede de intercâmbios entre elites, a qual, há já mais de 50 anos fora devidamente assinalada por E. Mac White (**Fig. 5**).

Ainda no domínio das armas, são de referir as pontas de lança, de alvado, algumas do “tipo Vénat”, as quais, conjuntamente com peças mais raras, como o capacete de crista ponteaguda proveniente do Castro de Avelãs (Bragança), os caldeirões de tipo irlandês de Caldelas (Amares), os espetos articulados como o recolhido no Monte da Costa Figueira (Paredes) ou, enfim, os ganchos para carne, com exemplares no depósito de Solveira (Montalegre) e no Castro da Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul) são outras tantas peças que, sendo de clara filiação atlântica, reforçam os laços identitários do Norte do território português com a Europa setentrional. Tratava-se de um processo de solidariedades fortemente interactivas, estabelecidas entre grupos autónomos, que não possuíam entre si quaisquer laços formais, a não ser aqueles que resultavam da partilha dos mesmos princípios no exercício do poder e dos objectos a ele associados: nesse

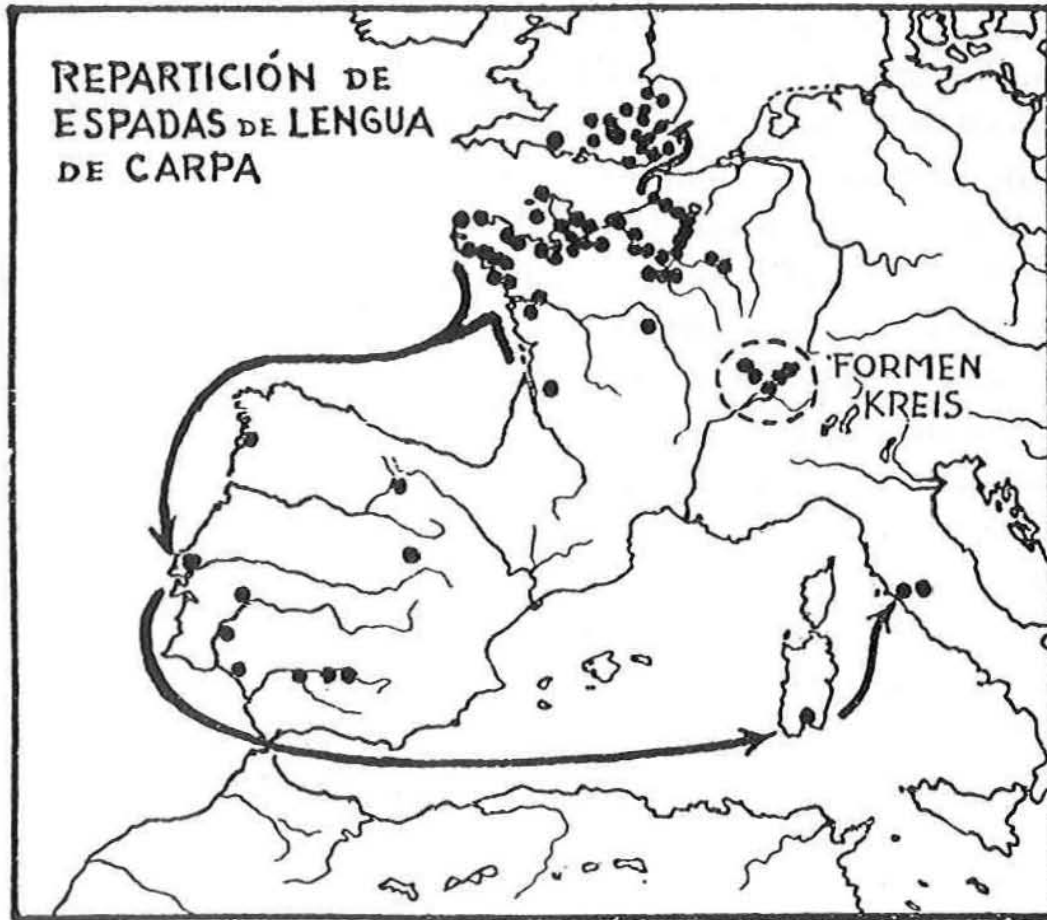


Fig. 5 — Já em 1955 E. Mac White assinalava a existência de vastas trocas comerciais entre o Norte Atântico e o Sul Mediterrânico, no caso ilustradas pela distribuição das espadas (seg. Mac White, 1951). Os achados foram, entretanto, consideravelmente aumentados, sem alterar contudo, o quadro geral esboçado pelo autor.

sentido, será lícito admitir um fundo cultural comum, das Ilhas Britânicas ao Mediterrâneo, a que se pode aplicar a designação de “Bronze Final Atlântico”, fazendo a síntese entre os dois conceitos supra referidos.

Este sistema de solidariedades foi justificado pelos interesses económicos, com mútuas vantagens para todos, devido à sua complementariedade existente: a circulação de minérios e de produtos manufacturados generalizou-se, na proporção directa em que se excediam as necessidades locais de produção e aumentava, deste modo, a sua procura exógena. Esta situação, que caracterizou a fase mais recente do Bronze Final, explica o estabelecimento de permutas do estanho do Noroeste peninsular e da Cornualha, do cobre das Astúrias, do Sul peninsular e da Irlanda, além do ouro, de obtenção mais disseminada.

No segundo momento do Bronze Final ou Bronze Final II, do século X até o século VIII AC (inclusivé), sem abandono das redes de comércio anteriores, assistiu-se ao incremento das relações mediterrâneas, acompanhada da explosiva produção metalúrgica, de uma grande diversidade (armas, utensílios, adornos). Relembre-se que estas eram conhecidas desde meados do II milénio AC, no Bronze do Sudoeste onde algumas peças metálicas (punhais e espadas) revelavam influências argáricas. Não espanta, deste modo, que no território português se tenham então generalizado objectos de adorno destinados às elites, facilmente transportados, como as fíbulas de cotovelo, cuja origem cipriota é evidente, difundidas para Ocidente a partir das ilhas do Mediterrâneo Central (Sicília, Sardenha) e rapidamente copiadas localmente: identificaram-se exemplares tanto no centro, como no sul. As fíbulas de cotovelo e as suas sucedâneas, de dupla mola, inscrevem-se na indumentária das elites do Bronze Final II (**Fig. 6**). O sítio da Quinta do Marcelo forneceu, em associação estratigráfica, um exemplar de cada tipo destas fíbulas, segundo L. Barros. A fíbula de cotovelo ali encontrada corresponde ao modelo cipriota, possuindo, nos exemplares do Abrigo Grande das Bocas (Rio Maior) publicados por J. R. Carreira, e nos da Ria de Huelva, os seus paralelos mais próximos. Tal como este último sítio, o da Quinta do Marcelo data do século IX AC. Assim sendo, a fíbula de dupla mola dali oriunda afigura-se como um dos exemplares peninsulares mais antigos; trata-se, com efeito, de modelo a que A. Coffyn atribuiu origem na zona mediterrânea da Península Ibérica, por evolução local das fíbulas de cotovelo.

O desenvolvimento dos povoados fortificados, tanto no Norte como no Sul, no decurso do Bronze Final, acompanharia o movimento generalizado de reforço das elites, expresso pelas peças supra referidas, entre outras, em torno da autoridade do chefe, de cariz guerreiro, mas também religioso.

Os objectos encontrados, tanto na Europa atlântica, como na bacia mediterrânea, demonstram que a circulação comercial se faria nos dois sentidos. Ao nível estritamente arqueológico, verifica-se, pelos exemplos referidos, que aos numerosos materiais de origem atlântica que têm sido encontrados no Mediterrâneo Central, ou mesmo no Mediterrâneo Oriental, como parece demonstrar o achado de espeto articulado em sepultura de Amathonte, Chipre, idêntico a exemplares portugueses, se contrapõe um testemunho incontornável da influência de sinal contrário, expressa por

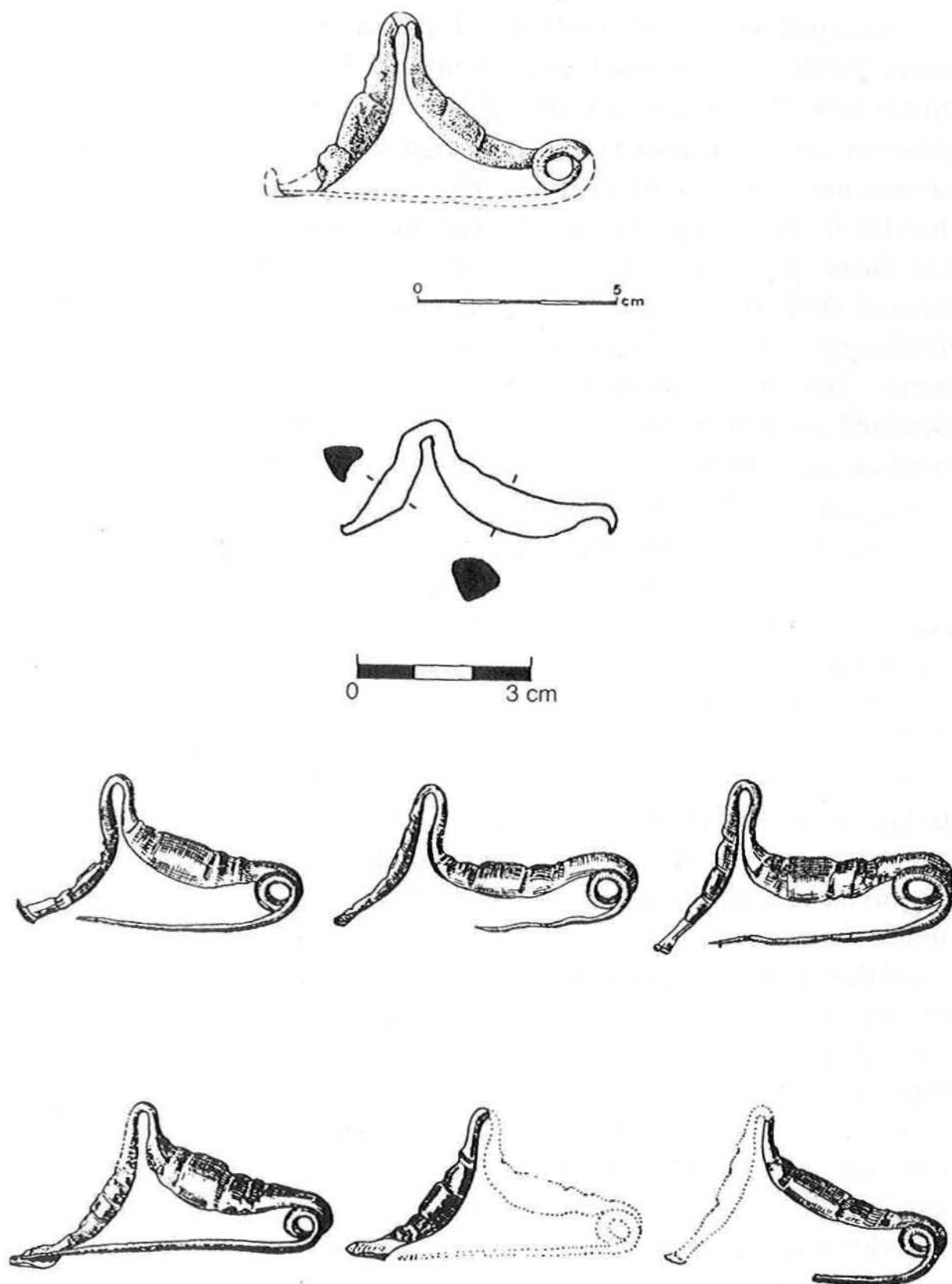


Fig. 6 — Fíbulas de cotovelo de tipo cipriota. Em cima: do Abrigo Grande das Bocas (Rio Maior); ao centro: da Quinta do Marcelo (Almada); em baixo: Parte do conjunto recuperado na Ria de Huelva (seg. Cardoso, 1998-1999).

jóias como as supra referidas ou artefactos de cariz simbólico ou religioso. Estes materiais, só se afiguravam, naturalmente, acessíveis às elites do fim da Idade do Bronze que ocuparam a orla atlântica, de Portugal à Irlanda e ao litoral da Bretanha, franca e mutuamente permeáveis a estímulos exógenos, de diversa origem e natureza.

Sendo certo que, nessa época, a importância mineira do Ocidente peninsular se baseava na presença complementar do cobre, a Sul, e do estanho, a Norte, as alianças firmadas pelas respectivas elites regionais terão, por certo, desempenhado papel de primordial importância na optimização de exploração dos recursos mineiros e no acréscimo das produções, com o conseqüente escoamento dos produtos manufacturados (Fig. 7). Assim, a troca de presentes entre as elites — a que estariam

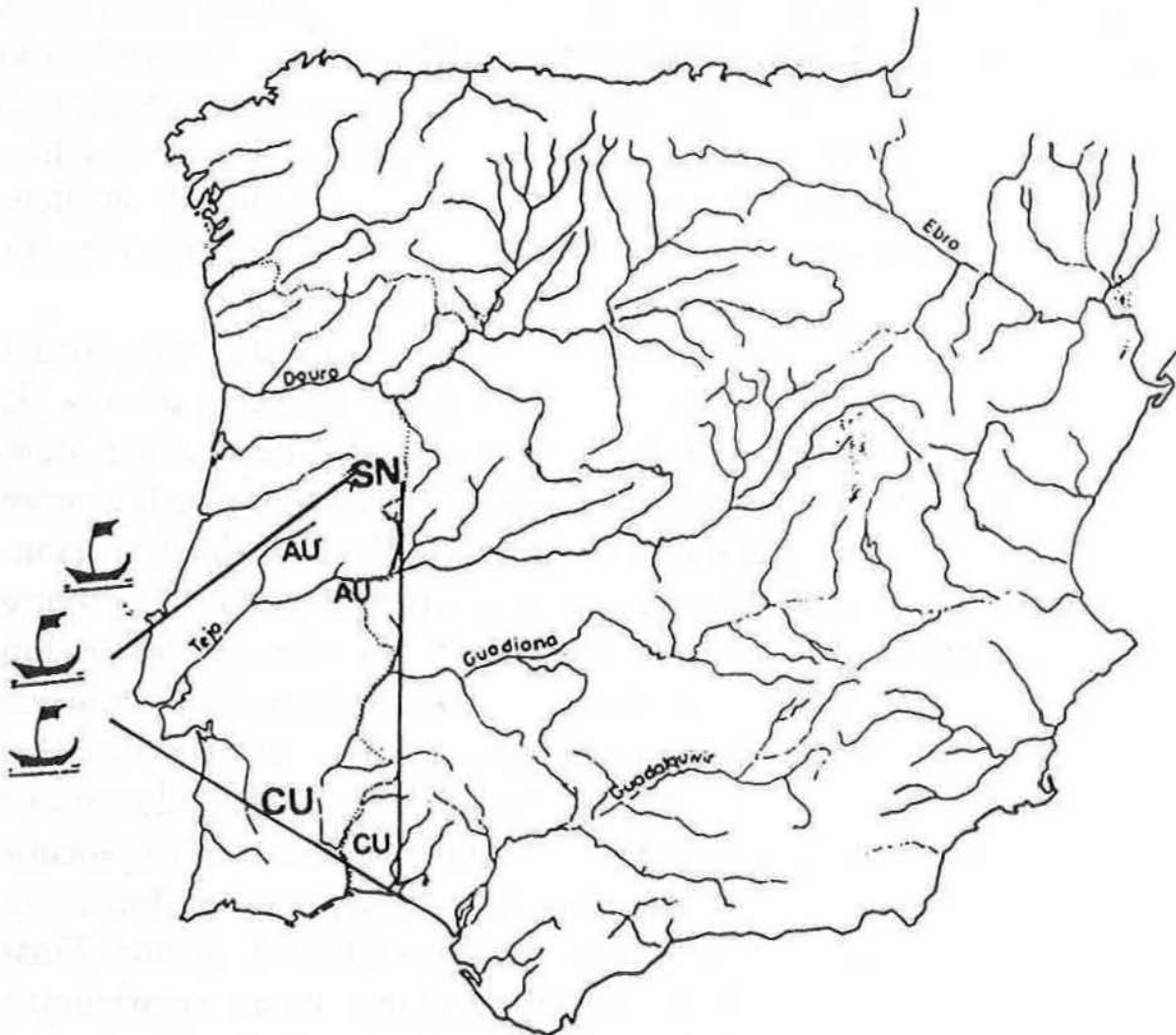


Fig. 7 — Explicação segundo o modelo locativo de Weber, do afluxo simultâneo do estanho e do cobre à Estremadura portuguesa, seguido da conseqüente metalurgia e ulterior exportação dos produtos manufacturados (seg. Vilaça, 1995).

subjacentes acordos mais permanentes, como matrimónios, envolvendo a permuta de esposas, cujos dotes seriam preferencialmente constituídos por jóias de ouro — destinar-se-iam a garantir o funcionamento das vias comerciais e a estabilidade e coesão sociais.

A dispersão geográfica dos braceletes do tipo Villena/Estremoz, embora sejam peças de provável produção regional foi interpretada como testemunho de tal realidade. Trata-se de jóias de distribuição supra-regional, de Trás-os-Montes (bracelete de Chaves) ao Alentejo (Estremoz). Para além do colar do Casal de Santo Amaro, já referido, datam desse curto período de transição para a Idade do Ferro outras jóias auríferas, expressivamente representadas pelo conjunto do Álamo (Moura), o qual revela em parte tecnologia orientalizante, patenteada em particular no colar, que é oco, embora ainda com decoração do tipo Sagrajas/Berzocana, enquanto o colar laminiforme evoca o mundo continental de filiação cultural hallstática: uma vez mais, é o sul, mediterrâneo, a cruzar-se, no interior do actual território português, com o mundo europeu continental. De qualquer modo, teríamos produções destinadas às elites, talvez obra de artífices forâneos, que adaptaram aos seus gostos as jóias fabricadas por novos métodos.

Por outro lado, a capacidade económica e organizacional das comunidades que então ocupavam o território português, é-nos revelada através do armazenamento e manufactura dos minérios oriundos de distintas áreas geográficas (ou ainda no seu reprocessamento dentro dos povoados, como comprovam os diversos depósitos de sucata bronzífera, destinada a refunção, usualmente considerados como “esconderijos de fundidor”, de que é exemplo o conjunto recuperado no castro da Senhora da Guia (Baiões). Foi a referida capacidade que viabilizou a abertura dos mercados mediterrâneos a produções atlânticas de carácter doméstico, como as encontradas e/ou manufacturadas na área estremenha (sobretudo de foices de tipo Rocanes e machados de alvado), as quais excederiam a procura local ou pelo menos eram mais rentáveis se colocadas noutros mercados, de maior dimensão. Assim se explicará, a partir de certa altura (séculos XI/X AC, Bronze Final II), a extensão ao Mediterrâneo de um comércio que, início, se afigurava essencialmente atlântico. Que tal comércio se encontrava firmemente controlado pelas elites, nas quais o segmento guerreiro detinha essencialmente um poder dissuasório — visto o nível de conflitos armados no Bronze Final

na Península Ibérica ser muito baixo, em contraste flagrante com a abundância de armas — é evidência sublinhada pelas próprias características dos produtos obtidos por troca, já referidos, para além de outros, que não deixaram vestígios, como a importação de tecidos finos.

As armas, cujos protótipos importados seriam rapidamente copiados localmente, como os escudos com chanfradura em V, são também evidências das influências mediterrâneas que, mescladas com as atlânticas, foram insensível e directamente adoptadas pelas elites. Devem ainda referir-se, a este propósito, os objectos rituais de bronze. Salientam-se os utilizados no sofisticado ritual do banquete aristocrático, a começar pelos próprios caldeirões de bronze como os atrás referidos, utilizados na sua confecção, com inquestionáveis origens orientais, e que M. Almagro-Gorbea não hesita em relacionar com pactos de hospitalidade entre as elites, de inspiração sírio-palestina. Aliás, as próprias fíbulas de cotovelo supra-referidas teriam tal origem, com protótipos conhecidos nos séculos XI / X AC da fase Va do povoado de Meggido. Por outro lado, peças como os aludidos ganchos para carne são, também, características de banquetes rituais orientais, tendo atingido a Irlanda, numa expressiva afirmação da profundidade, rapidez e extensão da difusão das liturgias adoptadas pelas elites nas respectivas regiões, por mais distantes que estivessem entre si. Da mesma forma se deverá interpretar os fragmentos de carros votivos encontrados no Castro de Nossa Senhora da Guia (Baiões), entre outras peças, que poderiam não ser mais do que queimadores de essências, cujos melhores paralelos, uma vez mais, se encontram na ilha de Chipre.

Como referiu R. Vilaça, em 1995, baseada em C. Renfrew, “a troca destes bens (...) é feita num nível horizontal, isto é, entre iguais (...). Assim se pode compreender a grande dispersão de determinados *itens*, essencialmente metálicos, de feição trans-europeia e inseríveis no que Earle designou de “estilo de elite” ou “estilo internacional”. É neste contexto de intensos contactos comerciais e de interacção cultural que se verifica a introdução de peças de ferro, como as já referidas dos povoados do Monte do Frade e da Moreirinha. A estas, no território português, devem somar-se os achados de uma lâmina de ferro de faca afalcatada no castro do Outeiro dos Castelos de Beijós (Viseu), em nível datado pelo radiocarbono entre 1310 e 1009 AC para 95 % de probabilidade e, sobretudo, as três faquinhas de ferro de gume curvo recolhidas na Quinta do Marcelo, em contexto

datado do século IX AC. Tal como os seus congéneres da Beira Baixa, tais artefactos são precisamente os de tipologia mais frequente no Mediterrâneo Oriental, em Chipre e na Grécia, no período de transição Bronze/Ferro, no século XII AC. Para uma cabal integração cultural dos exemplares portugueses, tem interesse verificar que a introdução do ferro na Sardenha remonta ao século XIII AC e é imputada aos contactos então havidos com mercadores cipriotas: não custa, pois, aceitar que tenham sido estes ou, mais provavelmente, os seus intermediários sardos, nos contactos com o Ocidente, os responsáveis pela introdução do ferro na Península, em momento imediatamente anterior à presença fenícia. É no âmbito destes contactos que o notável monumento da Roça do Casal do Meio (Sesimbra) deve ser interpretado, não sendo demais valorizar a sua importância.

Trata-se de sepultura do tipo *tholos* com *dromos* de acesso vedado por *stomion*, à maneira oriental, cujos materiais apontam para o século XI/X AC. Neste aspecto, avulta uma rara fíbula com enrolamento no arco, cujos paralelos mais próximos, as fíbulas sicilianas “ad occhio” ou cipriotas “de arco serpeggiante” da fase Pantálica II/III (Fig. 8). Já K. Spindler e O. da Veiga Ferreira, os escavadores do monumento, a tinham assim, relacionado. Esta rara peça soma-se à escassa colecção do território português, com distribuição geográfica pela Beira Alta (castros da Senhora da Guia, Castelo dos Mouros, S. Romão e Santa Luzia e extensão à Meseta, como comprova exemplar do Cerro del Berrueco (Salamanca), entre outros, semelhante à distribuição geográfica dos braceletes auríferos do tipo “Villena/Estremoz”. Assim sendo, os dois indivíduos tumulados na Roça do Casal do Meio, poderão conotar-se com as elites regionais do Bronze Final II as quais, num processo de aculturação, teriam não apenas adoptado a indumentária e cuidados pessoais em voga no Mediterrâneo (presença de pinças depi-latórias, para o cuidado da barba, atributo de estatuto social), mas também as próprias práticas rituais vigentes nessa área geográfica. Por outro lado, o achado de um pente de marfim — um dos raros artefactos desta matéria-prima, entre os marfins argáricos e os marfins orientalizantes fenícios — vem corporizar exemplarmente a fase dos contactos anteriores à presença fenícia directa, apenas documentada a partir do século IX inícios do VIII AC, somando-se aos braceletes de marfim do povoado de Peña Negra I (Alicante), datados em meados do século IX AC.



Fig. 8 — O monumento da Roça do Casal do Meio (Calhariz, Sesimbra) no final das escavações. Em cima: vista geral da estrutura, com a câmara funerária ao centro; em baixo: vista da entrada do corredor, selado por grande pedra (stomion). Fotos de K. Spindler/O. da Veiga Ferreira).

Em alternativa, os dois indivíduos inumados na câmara do monumento, dadas as características arquitectónicas do sepulcro, únicas na Península, poderiam corresponder a comerciantes oriundos do Mediterrâneo Central, provavelmente da Sardenha, estabelecidos perto da foz do Sado, hipótese que corporizaria, pela primeira vez, a presença directa e fixação no território português de elementos mediterrânicos anteriores à presença fenícia. Estar-se-ia, pois, perante evidência do chamado período pré-colonial, durante o qual navegadores teriam frequentado e, esporadicamente aportado ao litoral, servindo de intermediários dos mercados situados no Mediterrâneo Central e Oriental. Com efeito, em plena Arrábida, C. Tavares da Silva e J. Soares identificaram um povoado de altura da mesma época, ainda não escavado — o Castelo dos Mouros — cujos habitantes poderiam estar relacionados com os personagens da Roça do Casal do Meio. Atendendo ao tipo de implantação dos dois sítios, é aliciante fazer corresponder ao povoado a função de sede da população indígena, onde se encontrariam as elites locais, que ali tomariam contacto com os dois personagens do monumento da Roça do Casal do Meio.

As ligações de carácter comercial inauguradas entre o ocidente peninsular e o Mediterrâneo Central, em época pré-colonial, ficaram prejudicadas a partir do momento em que os Fenícios passaram a controlar a região do estreito de Gibraltar, dominando assim o acesso ao Mediterrâneo. As trocas comerciais, porém, não abrandaram; ao contrário, deve-se aos Fenícios o estabelecimento de diversas feitorias, a partir do século IX AC, tanto na região do estreito, como noutros locais do litoral mediterrâneo e atlântico.

A partir delas se procedia, como anteriormente, à exportação entre outros produtos, de matérias-primas metálicas – incluindo o estanho do Noroeste peninsular, servindo, ao mesmo tempo, como pólos difusores de objectos manufacturados, considerados de luxo (marfins, adornos, vidros, cerâmicas finas, etc), muitas vezes produzidas localmente a partir de protótipos orientais.

As sepulturas do Bronze Final do território português, entre as quais o monumento da Roça do Casal do Meio se inscreve, repartem-se por dois grandes grupos: as de inumação e as de incineração. No primeiro caso, além do sepulcro referido, podem mencionar-se reutilizações de numerosas grutas do maciço calcário estremenho. O único caso em que se recolheram ossos humanos (gruta da Marmota, Alcanena) associados a espólio do

Bronze Final, faz admitir a hipótese de, ao menos, parte das restantes cavidades com materiais homólogos, corresponderem mais a sítios de cerimoniais religiosos do que a necrópoles: é o caso da Lapa do Fumo (Sesimbra) de onde se estudaram, pela primeira vez, exemplares cerâmicos com a característica decoração geométrica de ornatos brunidos (cerâmica tipo “Lapa do Fumo”), situável no Bronze Final II, também conhecidas por de tipo “Alpiarça”, dado se encontrarem bem representadas nas urnas cinerárias das célebres necrópoles de incineração de Tanchoal e de Meijão, estudadas por Mendes Corrêa em 1916. Este autor é taxativo quanto à existência, em Tanchoal, de restos ósseos calcinados e de cinzas, de mistura com braceletes de bronze lisos, semelhantes aos do tesouro do Casal dos Fiéis de Deus (Bombarral). As limpezas efectuadas na superfície dos recipientes por G. Marques, revelaram que muitos deles possuíam decorações de “ornatos brunidos”. Tal situação seria suficiente para situar aquelas necrópoles no Bronze Final, a que se somam os vestígios recuperados no vizinho Cabeço da Bruxa, também atribuíveis a outra necrópole, muito destruída. Os seus escavadores, P. Kalb e M. Höck, admitiram uma cronologia adentro do Bronze Final, muito embora refiram a hipótese de as duas necrópoles exploradas por Mendes Corrêa serem já da Idade do Ferro. Compreende-se, deste modo, o alto interesse que teria a datação pelo radiocarbono dos fragmentos ósseos recuperados em Meijão, a qual veio confirmar recentemente a sua cronologia estrita do Bronze Final II, situando a necrópole entre meados do século XI e inícios do século IX AC.

Deste modo, as referidas necrópoles, situadas em campo aberto, na adjacência do Alto do Castelo, povoado ocupado no período pré-romano, documentam uma importante ocorrência de “campos de urnas” no fim Bronze Final, em pleno Ribatejo, última extensão meridional/ocidental dos homólogos da Catalunha.

No Centro do País, documentou-se recentemente a prática de tumulações em fossas ou pequenas cistas, cobertas por *tumuli* baixos e de pequeno tamanho, em Casinha Derribada, Viseu. A datação obtida (1400-1150 AC) situa esta necrópole no final do Bronze Médio/início do Bronze Final: de facto, a tipologia dos recipientes exumados tem afinidades com exemplares do Bronze Final. Parece evidenciar-se um certo polimorfismo das sepulturas (algumas podendo ser apenas fossas rituais) denunciando práticas religiosas complexas e diversificadas, onde poderiam coexistir

inumações e incinerações. A respectiva população dispersava-se por casais agrícolas, talvez antecedentes da emergência dos povoados de altura da região, atrás referidos.

Estes são apenas conhecidos na região em apreço, tal como noutras da Beira Alta, apenas no Bronze Final: é exemplo o povoado de altura de Canedotes (Vila Nova de Paiva, Viseu), ocupado duradouramente cerca de 40 anos, no século XI / X a. C. (2790 – 2750 BP). As análises polínicas dos depósitos correspondentes a esta ocupação revelaram notório impacto das actividades humanas no meio natural envolvente, conotáveis com o pastoreio e a agricultura. Era, então, frequente, a prática de quei-madas, o que conduziu à degradação do solo por erosão; ao mesmo tempo, assistia-se à regressão dos bosques de azinheiras e carrascos, a par da recuperação dos sobreiros, amieiros e zimbros. Enfim, a abundância de grãos de cereais, indica que os campos agricultuados se situavam muito próximo do local habitado.

A falta de visibilidade no terreno destas necrópoles (cite-se, entre outras, a de Fonte da Malga, Viseu) impediu, até época recente, a sua identificação e escavação, com excepção a necrópole de Paranho (Viseu) explorada na década de 1920 por José Coelho. Trata-se de recinto circular de pedras fincadas de pequena altura, delimitando espaço onde se implantaram seis cistas pequenas e rectangulares no interior das quais se conservavam ossos humanos previamente cremados, por vezes recolhidos em urnas. Datação radiocarbónica recentemente obtida indica os séculos XII-XI AC, sendo portanto mais moderna que a de Casinha Derribada. É provável que esta necrópole, de carácter marcadamente familiar, evocando neste particular, os núcleos funerários das necrópoles do Bronze do Sudoeste, se encontrasse, como aqueles, relacionada com um casal agrícola ou pequeno povoado do Bronze Final existente nas proximidades; desconhece-se, porém, quais as relações que estas pessoas manteriam com núcleos mais importantes, eventualmente fortificados.

A necrópole do Pousadão é uma das várias identificadas na área de Pendilhe (Vila Nova de Paiva) as quais se caracterizam por grande variabilidade. Ocupa plataforma regular do alto vale do Paiva e é constituída por quatro *tumuli* de planta aproximadamente circular, muito baixos, distanciados de 16m a 26m entre si, não ultrapassando os 60m a distância entre os monumentos mais periféricos. Alguns destes monumentos pos-

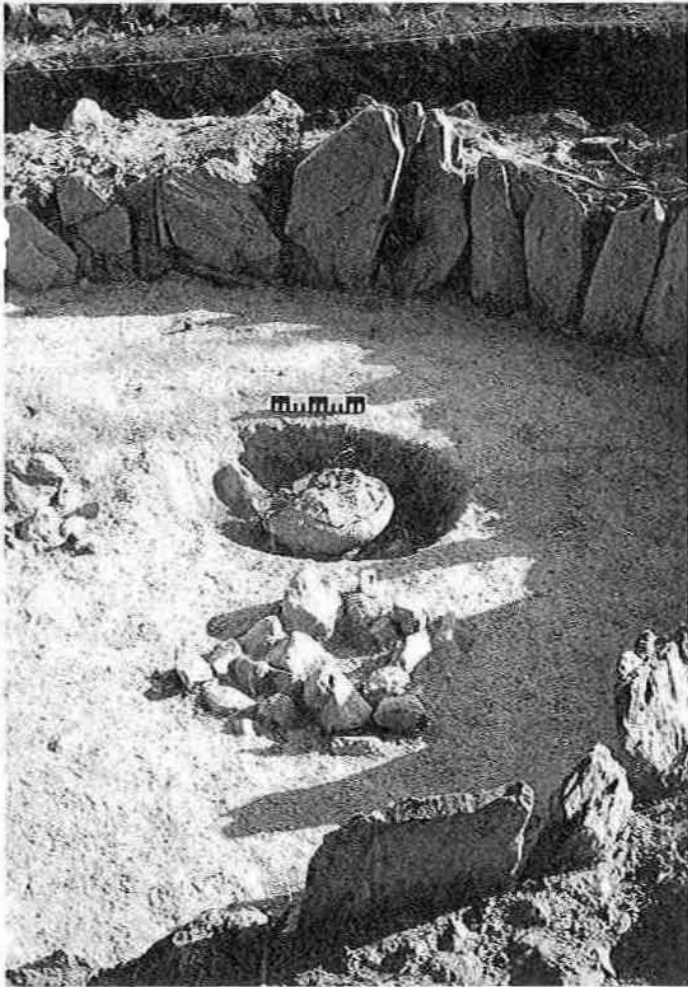
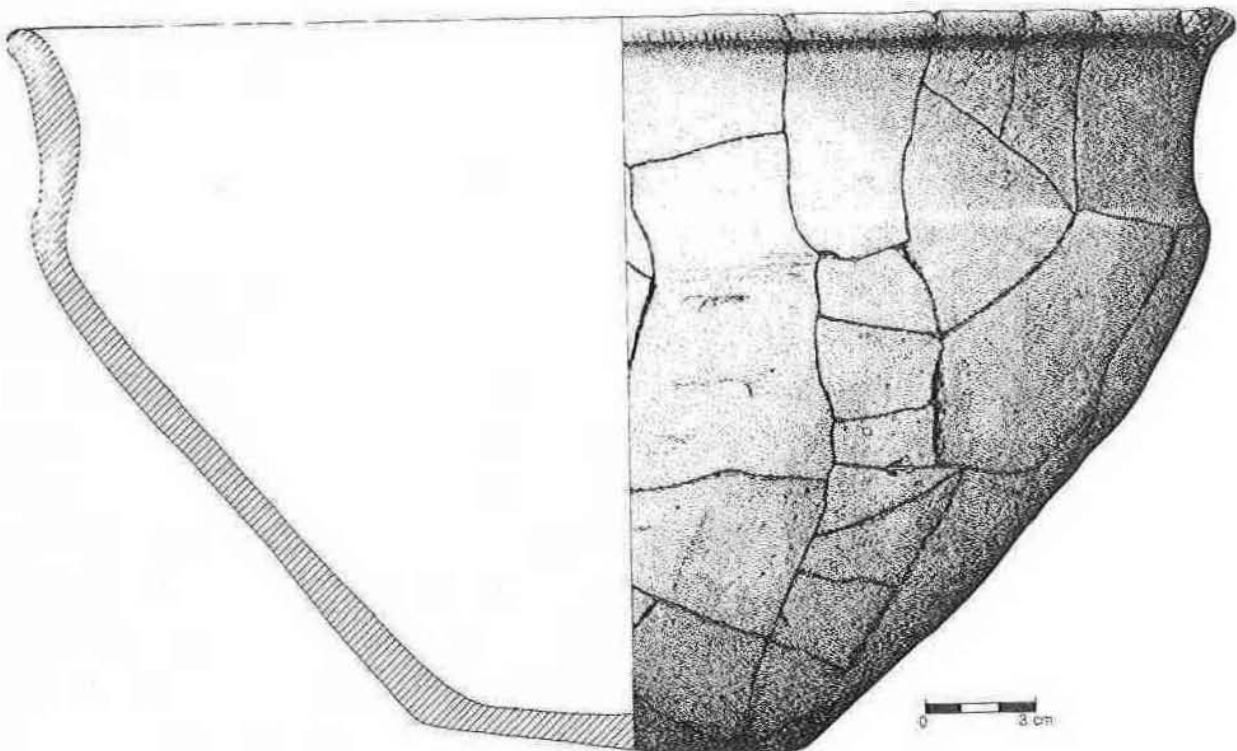


Fig. 9 —Estruturas doBronze Final do Monte de S. Domingos, Malpica do Tejo, Castelo Branco. Em cima: vista parcial da Cabana 2, recinto habitacional em cujo interior se encontrava uma urna, contendo ossos humanos incinerados (em baixo) (seg. Cardoso, Caninas & Henriques, 1998).



suíam na parte central pequenas câmaras cistóides outros simples fossas abertas no substrato, com escassos materiais cerâmicos que são susceptíveis de se integrarem no Bronze Pleno ou Bronze Final, talvez mais provavelmente no Bronze Pleno. Da mesma forma se deve interpretar a necrópole da Senhora da Ouvida (Castro Daire) ocupando, como as anteriores, plataforma elevada, de topografia regular, cujos monumentos são evidenciados por acumulações de blocos de contorno circular, por vezes bem delimitados, que aparentemente não cobrem quaisquer estruturas arqueologicamente definíveis, o que bem evidencia a complexidade dos rituais (funerários ou não) do Bronze Final da Beira Alta e a dificuldade de reconstituir a finalidade e funcionalidade de alguns de tais monumentos, de inesperada diversidade, só detectável por via de uma análise mais profunda.

A prática da cremação encontra-se também documentada no Monte de São Domingos (Malpica do Tejo, Castelo Branco). Ali foram escavadas duas estruturas circulares, atribuíveis a fundos de cabana, no interior de uma das quais se encontrou, sob um empedrado de blocos de quartzo — rocha que também cobria os *tumuli* da Casinha Derribada — um grande vaso reaproveitado como urna, contendo restos humanos previamente cremados (**Fig. 9**). Pelos exemplos referidos, pode concluir-se que a prática da cremação, no último dos casos com deposição em contextos habitacionais, a lembrar os túmulos domésticos argáricos, embora estes sejam mais antigos e de inumação, se praticou no Centro/Interior de Portugal no decurso no Bronze Final. Esta realidade, que, articulada com os campos de urnas de Alpiarça, permite, como bem notou D. J. Cruz, admitir uma progressão continental até ao ocidente peninsular, dos “Campos de Urnas” catalães, nos finais da Idade do Bronze, transparece, na mesma época, nas fossas funerárias de cremação individual do Noroeste (Minho e Galiza), contendo vasos de forma peculiar, de largo bordo horizontal. Um dos contextos habitacionais em que tais recipientes ocorreram em abundância, associados, na última fase, a cerâmicas do “tipo Baiões” foi o da Bouça do Frade (Baiões), onde foram datados pelo radiocarbono entre o século XVIII e finais do século IX AC; no povoado de Sola (Braga), tais vasos remontam, à época mais recuada da Bouça do Frade, visto situarem-se, também pelo radiocarbono, no segundo terço do II milénio AC. Datação intermédia corresponde à necrópole de sepulturas cistóides de Agra de Antas (S. Paio de Antas, Esposende), onde restos humanos de uma das inumações foram

datados, para 95% de probabilidade, entre 1319 e 1029 AC. Deste modo as datações disponíveis, demonstram a coexistência, na região minhota, entre cerca de 1400/1450 e 900/800 AC, de diversas fórmulas funerárias, umas de tradição regional anterior, desde o final do Calcolítico (inumação em cistas planas como as de Agra de Antas), outras introduzidas no decurso da Idade do Bronze (cremação). De facto, a presença destes vasos de forma característica, ocorrem em necrópoles minhotas tanto de inumação, de que é exemplo, para além da supra referida, a de S. Martinho de Antas (Espouso), como de cremação, representadas, pelas necrópoles de Caldelas e de S. Cláudio do Barco onde às tumulações, por vezes, se associavam os característicos vasos de largo bordo horizontal (Guimarães).

A introdução da prática da cremação, no vale do Cávado, foi interpretada como um importante sinal de mudança cultural do Bronze Final, substituindo então as pequenas cistas de inumação rectangulares, desprovidas de *tumulus* existentes na região. É interessante salientar que este novo modo de tumulação aparece, tal como no Monte de São Domingos, dentro das áreas habitadas: é o caso das estruturas pétreas encontradas no povoado de Santinha I ou dos grandes recipientes utilizados como urnas cinerárias encontradas em Granjinhos; no Minho, como assinalou A. Bettencourt, a prática de tumular dentro das áreas habitadas pode, mesmo, ser anterior ao Bronze Final, como é indicado pela existência de pequenas estruturas cistóides, sem *tumuli*, como as encontradas no povoado de Sola (Braga), situáveis pelo radiocarbono entre 1684 e 1509 AC, para um intervalo de confiança de 95%.

A existência de regionalismos não é incompatível com afinidades a outras áreas geográficas, além das atlântica e mediterrânea: na necrópole do Tapado da Caldeira (Baião), adjacente ao já referido povoado de Bouça do Frade, cujas datas de radiocarbono sugerem ainda o Bronze Pleno, cada uma das quatro fossas abertas no saibro continha um recipiente, destacando-se uma taça com decoração do “tipo boquique”, que revela, por si só, relações com a Meseta Norte; cerâmicas deste tipo também ocorrem no provável povoado que lhe correspondia, o da Bouça do Frade. Quanto ao Minho, A. Bettencourt assinalou a importância dos corredores fluviais que ligariam o litoral ao interior, de onde seriam oriundas, justamente, as aludidas cerâmicas. Aliás, as influências continentais detectadas na região minhota, no decurso do Bronze Final, reforçam a realidade observada mais a Sul, em

Alpiarça, aqui certamente por via da importante via de circulação desde sempre representada pelo Tejo.

As práticas rituais do Bronze Final encontram-se, ainda, expressivamente ilustradas pelas estelas de diversos tipos e filiações culturais que, de Norte a Sul, têm sido encontradas. No Norte, estes escassos monumentos — que nada assegure poderem pertencer ao Bronze Final, ao contrário do admitido por diversos autores, e que, por essa razão, são agora mencionadas — apresentam-se de contorno antropomórfico numa faixa circunscrita, que não ultrapassa o Douro, do Alto Minho (estela da Ermida, Ponte da Barca) à região transmontana (Faiões, Chaves). Representam quase sempre personagens masculinos, por vezes armados; exceptua-se a estela mencionada, onde a representação explícita dos seios, por duas circunferências (brácteas de ouro?), sugere personagem feminina. A este grupo regional nortenho sucede-se, no centro interior e no sul, um outro, com prolongamento pela Estremadura espanhola e Andaluzia Ocidental, representado por cerca de sessenta estelas — por isso chamadas “Estremenhas” — cujo significado, tradicionalmente funerário, que lhes é atribuído, não significa forçosamente que estejam apenas circunscritas às áreas sepulcrais (aliás quase desconhecidas); segundo alguns autores, tais monólitos poderiam pontuar também as vias de circulação transregionais mais importantes, sacralizando, em determinados locais de passagem, ou portelas, a memória dos chefes ou marcando o direito à propriedade ou controlo de circulação de tais sítios por parte da elite guerreira a que se reportam. Os estudos realizados permitem a identificação de três grupos de índole temática / tipológica cuja temática, para alguns, evolui no tempo, no sentido cada vez mais explícito da afirmação/heroicização dos personagens, integrando uma aristocracia guerreira em nítida consolidação. Nesta perspectiva, a uma fase mais recuada onde aparecem apenas representações de armas, suceder-se-ia uma fase intermédia, até à fase final, inserível no século IX AC, onde o defunto, chefe guerreiro heroicizado, nos surge cercado de todos os atributos do seu poder (jóias, armas) e, nalguns casos, com os seus servos ou inimigos vencidos, aos pés.

Esta visão estritamente evolucionista, baseada na substituição do simples pelo mais elaborado, foi recentemente discutida e contrariada por Jorge de Alarcão, num importante artigo que dedicou à etnogénese dos Lusitanos. Segundo o autor, as diferenças iconográficas observadas nas estelas

estremenhas, dever-se-iam à própria posição social do defunto, no seio da respectiva comunidade. Atribuindo-lhes cronologia com início no século IX e *terminus* no século VII AC, correspondente à época da afirmação da Idade do Ferro na área geográfica respectiva e conotação funcional incerta, mas inclinando-se para finalidade funerária as que ostentam a representação do carro, considerado o símbolo máximo do estatuto de todos os que nelas se exibem e a do seu possuidor, seriam as utilizadas nas sepulturas de príncipes; as que representam apenas armas, seriam as pertencentes a vassallos, ou melhor, a membros da aristocracia guerreira; enfim, as que associam tais elementos à figura humana, pertenceriam a personagens com poder temporal, delegado pelo príncipe. Naturalmente, esta interpretação, como o próprio autor declara, é passível de reservas; mas ela tem o mérito de, pela primeira vez, associar territórios à distribuição dos três tipos de monumentos considerados, constituídos deste modo em verdadeiros “feudos”, com fronteiras bem delimitadas. Este regime de principados, cuja aplicação é ensaiada apenas pelo autor à actual Estremadura espanhola, nada impede que se estendesse à área limitrofe da sua distribuição mais densa, correspondente ao actual território português da Beira Alta — estela de Baraçal (Sabugal), passando pela Beira Baixa — estela de Meimão (Penamacor), com extensão ao Baixo Alentejo — estela de Ervidel II, ou do Pomar (Beja) e mesmo ao extremo ocidental do Algarve — estela da Figueira (Vila do Bispo). Esta grande dispersão geográfica não espanta: o mesmo se verificou em Espanha, com ocorrências muito afastadas do núcleo estremenho, como as notáveis estelas de Cortijo de Gamarrillas (Córdova) e de Écija (Sevilha) ou, em outra direcção, a estela de Preixana (Lérida), todas dadas a conhecer por M. Almagro Basch. Esta última, porém, é questionável quanto à sua integração no grupo das estelas estremenhas, tendo presente a sua iconografia a qual, em contrapartida, inspirou J. de Alarcão para propor uma nova leitura para a estela I do Monte de São Martinho (Castelo Branco) trata-se, inquestionavelmente de monumento do Bronze Final, onde as duas figuras de guerreiros, com capacetes de cornos liriformes, de inspiração meridional, se encontrariam sob a protecção de uma divindade, talvez Oipaingia, adorada nas proximidades, cujos braços, pendentes sobre as cabeças dos guerreiros, sugerem tal atitude (**Fig. 10**).

Assim sendo, sem pretender traçar uma conotação directa das estelas estremenhas com os *Lusitani* — visto a distribuição daquelas excederem

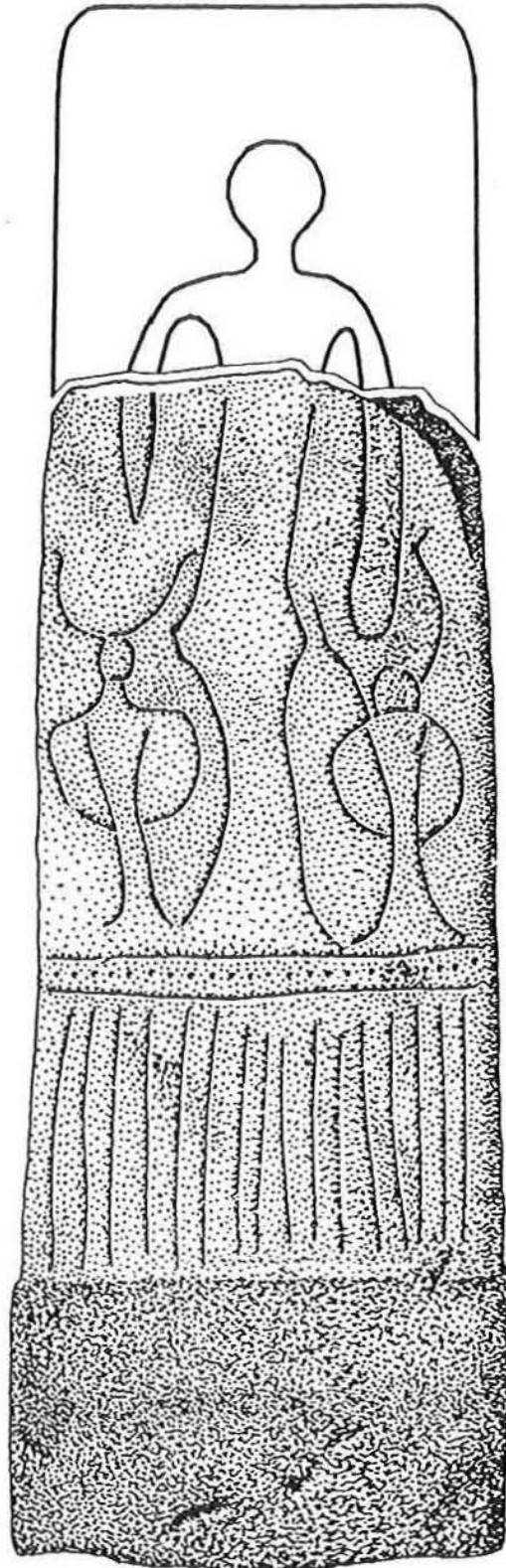


Fig. 10 — *Estela do Bronze Final do Monte de São Martinho (Castelo Branco), segundo a reconstituição proposta por Jorge de Alarcão: de ambos os lados, a representação de dois guerreiros, munidos de capacetes de cornos; ao centro, grande representação de divindade antropomórfica, talvez Oipaingia (seg. Alarcão, 2001).*

em muito os limites geográficos atribuíveis a estes — a verdade é que elas também ocorrem dentro de tais limites; tendo presente, por outro lado, que a cronologia de tais estelas se sobrepõe à presença deste conjunto de *populi*, que o autor admite terem chegado no fim do Bronze Final aos vastos espaços abertos da Extremadura, com extensão pela actual Beira Interior, por via de uma invasão pré-céltica de origem indo-europeia, fácil é concluir que estes também adoptaram tais monumentos, seja com carácter sepulcral, seja como marcadores de fronteiras, funções que, aliás, não são incompatíveis.

Seja como fôr, a realidade das estelas é, de facto, acompanhada pelo registo material, com o acréscimo de armas, no Bronze Final II; merecem destaque as lanças de alvado, as espadas de tipo “língua de carpa”, muito mais abundantes no território português que as antecedentes pistiliformes (de que se podem considerar variantes) e os punhais de lingueta rebitada do tipo Porto de Mós, entre outros “itens”, cuja distribuição, sendo essencialmente atlântica, penetra no Mediterrâneo de forma nítida, dele recebendo também expressivos contributos a este nível: é o caso do escudo com chanfradura em “V”, de origem oriental, ocupando o centro das composições estelares, a que se juntam outros elementos da simbólica das elites (o pente, o espelho, a fíbula de cotovelo, o carro), onde tais influências são também notórias. Apesar de serem nítidas influências mediterrâneas orientais nos objectos representados — a que se poderão acrescentar os capacetes de cornos, representados na já referida estela I de São Martinho, (Castelo Branco), a concepção mais arcaica destas estelas pode encontrar-se na própria região; a estela de Longroiva, onde um guerreiro ostenta de um dos lados um arco e do outro uma alabarda do tipo Carrapatas, remetendo-a para o Bronze Pleno, suporta tal afirmação.

Com excepção do túmulo da Roça do Casal do Meio, inquestionavelmente um elemento totalmente exógeno ao ambiente cultural do ocidente peninsular, as sepulturas do Bronze Final do sul são-nos quase completamente desconhecidas, acentuando uma “invisibilidade” que já vinha do início da Idade do Bronze, o que não significa a existência de complexos rituais, que legitimavam o próprio poder das elites. Em Portugal, não se tem valorizado o cunho ritual de muitos depósitos metálicos do Bronze Final. Todavia, um rápido levantamento levaria a relacionar a maioria das jóias auríferas, aparecidas simplesmente na terra, muitas vezes no decurso de trabalhos agrícolas, como panóplias femininas, enquanto, ao

contrário, são conhecidos vários achados de espadas nas águas ou depositadas nas fendas das rochas, interpretáveis como cultos funerários masculinos. Se os primeiros são relativamente abundantes, já os achados aquáticos de armas de bronze — muito raros em Portugal, sendo exemplo a espada pistiliforme dragada em Cacilhas — poderão ter outras leituras, para além das estritamente funerárias. Numa época de crise climática, com acentuada progressão da aridez, que terá correspondido a quase toda a Idade do Bronze, acentuar-se-iam as práticas religiosas com valorização das divindades aquáticas, a quem seriam ofertadas tais peças. Com efeito, os inventários realizados na área atlântica, evidenciaram um aumento de tais achados ao longo de toda a Idade do Bronze. A exacerbação desta prática teria também conduzido ao culto das águas subterrâneas ou das cavidades, transformando em santuários numerosas grutas naturais, o que explicaria o achado frequente de materiais da Idade do Bronze em tais locais (com natural incidência na região onde, mais as grutas abundam, a Estremadura), sem que em geral, se possam associar a sepulturas: lembre-se a intensa ocorrência de cerâmicas com “ornatos brunidos” em numerosas cavidades cárnicas do maciço calcário estremenho, onde ocorrem grandes vasos de armazenamento da Idade do Bronze, embora não seja possível relacioná-los com deposições funerárias. A este propósito, as grutas-santuário nurágicas da Sardenha podem constituir elemento comparativo merecedor de reflexão.

É ao Bronze Final, enfim, que se deve atribuir a última fase de funcionamento do santuário do vale do Tejo, onde se detectaram duas representações de espadas e de um escudo com chanfradura em V, as quais, associadas ou não a motivos geométricos diversos, não custa relacionar com o aludido culto das águas, ali particularmente propício, vigente nesses derradeiros momentos da Idade do Bronze.

Enfim, merece referência a existência de conjuntos metálicos do Bronze Final ocultos na terra, os quais podem ter, pelo menos nalguns casos, significado ritual; noutros, a extrema fragmentação das peças permite admitir que se tratam, simplesmente, de acumulações de sucata bronzífera, destinada a refundição, inscrevendo-se na intensa circulação de matérias-primas, a nível trans-regional, que caracterizou o Bronze Final, está neste caso, para alguns autores, o conjunto já atrás mencionado, recolhido no castro de Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul). Na segunda categoria, poderá inscrever-se o depósito do Porto do Concelho (Mação): não só é

constituído por um conjunto heterogéneo de peças, na maioria inteiras (armas, objectos utilitários e elementos de adorno), como o local, sob uma pedra, junto a um caminho e perto de uma linha de água, é compatível com as características de oferenda ritual. Em outros casos, porém, não se pode optar por nenhuma das alternativas; está nesta situação o depósito do Casal dos Fiéis de Deus (Bombarral), resultante de achado fortuito, em área muito circunscrita de terreno, o qual, depois de ser objecto de cuidado trabalho de escavação, se revelou absolutamente estéril. Este depósito integra uma notável espada do “tipo Vénat”, do sítio epónimo francês, destacando-se, ainda, importante conjunto de braceletes de bronze, semelhantes a outros recolhidos em necrópoles, povoados e ainda noutros depósitos, como o de Coles de Samuel (Soure). O que caracteriza, em geral, os ditos achados, é a sua aparente “descontextualização”: com efeito, como as ocultações de jóias auríferas e, à semelhança de numerosos exemplos extrapeninsulares de há muito conhecidos, o aspecto mais relevante é o de não evidenciarem a associação a qualquer contexto (estratigrafia ou estruturas).

Em síntese: o território hoje português terá conhecido, no final da Idade do Bronze, mercê da estrutura de poder generalizada então instalada, com elites dominando as principais vias de circulação e do comércio de mercadorias, situação favorável à abertura comercial e cultural tanto ao mundo atlântico como mediterrâneo, aliás decorrente da sua própria situação geográfica. A intensificação de uma rede de intercâmbios de longo curso, veiculando a difusão de concepções religiosas heterogéneas, oriundas de regiões díspares, atingiu o seu apogeu no final do Bronze Final. Com efeito, a relação com o domínio atlântico, evidente desde o Calcolítico (campaniforme “marítimo”), que continuou no Bronze Inicial e Pleno (alabardas do tipo Carrapatas, machados do tipo Bujões/Barcelos, lúnulas de ouro como a de Cabeceiras de Basto), conheceu evidente acréscimo no Bronze Final, no decurso do qual se multiplicam as produções metálicas. Outro tanto se verificou com a área do Mediterrâneo Oriental: depois de contactos desde o Neolítico Antigo, renovados no decurso do Calcolítico, ainda que de forma indirecta, a partir do Bronze Pleno encontram-se documentados produtos de provável origem micénica, como as contas de pasta vítrea da necrópole do Bronze do Sudoeste de Atalaia (Ourique), a que se sucedem, no Bronze Final, algumas peças de ferro de origem também mediterrânea, reservadas a funções sócio-simbólicas. É provável que estas peças — a que se juntam

cerâmicas micénicas recolhidas em diversos locais da Andaluzia região onde, até, se conhecem testemunhos culturais com aquela origem, representados por altares corniformes — tivessem sido trazidas por comerciantes cipriotas, ou sardos, actuando estes como intermediários daqueles, cuja eventual presença parece verificar-se no monumento da Roça do Casal do Meio (e na tipologia dos materiais ali recolhidos). Tais contactos, numa zona periférica como era já então o nosso território, justificar-se-iam, atendendo aos minérios aqui existentes susceptíveis de exportação: o estanho, o ouro e o cobre e, mais tarde, a prata; corresponderiam a uma fase preliminar, exploratória, dos contactos, que posteriormente viriam a ser francamente desenvolvidos pelos Fenícios, a partir do século VIII AC ou ainda nos finais do século anterior.

É no âmbito de tudo o que foi dito que a noção de “Bronze Atlântico” ganha significado. Trata-se de uma realidade materialmente suportada pela intensa produção de peças de bronze e sua conseqüente circulação transregional, decorrentes de uma teia de relações estabelecidas na fachada atlântica ocidental da Europa desde o Bronze Pleno, com progressiva intensificação até ao fim do Bronze Final, fase em que se estenderam ao Mediterrâneo (**Fig. 11**). Estas actividades, baseadas no mútuo interesse de quem as desenvolvia, veicularam realidades culturais próprias, que deste modo se difundiram a outras regiões, onde foram por vezes adoptadas pelas elites que as governavam. Originou-se, assim, uma nova realidade, de expressão supraregional, de base económica, onde se mesclaram influências distintas, umas de raiz atlântica, outras originárias do oriente do Mediterrâneo. Nestas condições, o actual território português viu sublinhado o seu papel como fulcro das relações atlanto-mediterrâneas, que conferiram relevância acrescida aos estuários dos seus principais rios — o Tejo e o Sado — como portos de escala obrigatórios na navegação de cabotagem comercial do Bronze Final. A teoria locativa de Weber (1909) postula que a área geográfica mais adequada para a instalação de uma determinada indústria deverá ser seleccionada de entre aquelas que correspondam às linhas de transporte de abastecimentos de menor esforço (ou seja, as mais económicas), que não são, forçosamente, coincidentes com as de menor distância (acrecen-te-se, no escoamento dos respectivos produtos). Nestes termos convergindo as vias do estanho, do ouro e do cobre na Estremadura, de onde se fazia também vantajosamente a distribuição dos respectivos produtos

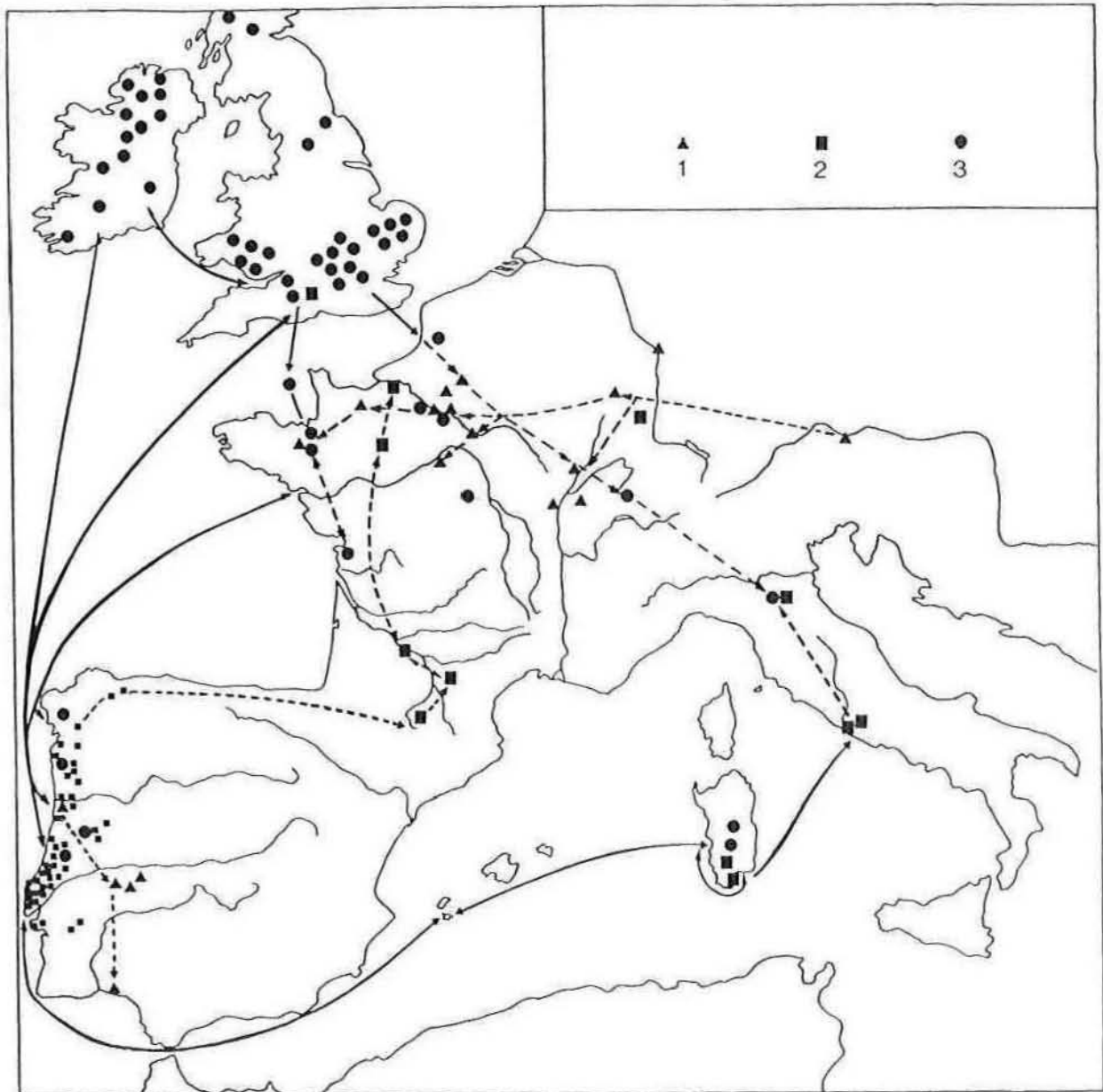


Fig. 11 — Europeização das relações comerciais no Bronze Final através da circulação de algumas das principais produções metálicas: 1 — Capacetes de crista; 2 — machados de alvado e dois anéis; 3 — foices de alvado (seg. Coffyn, 1985).

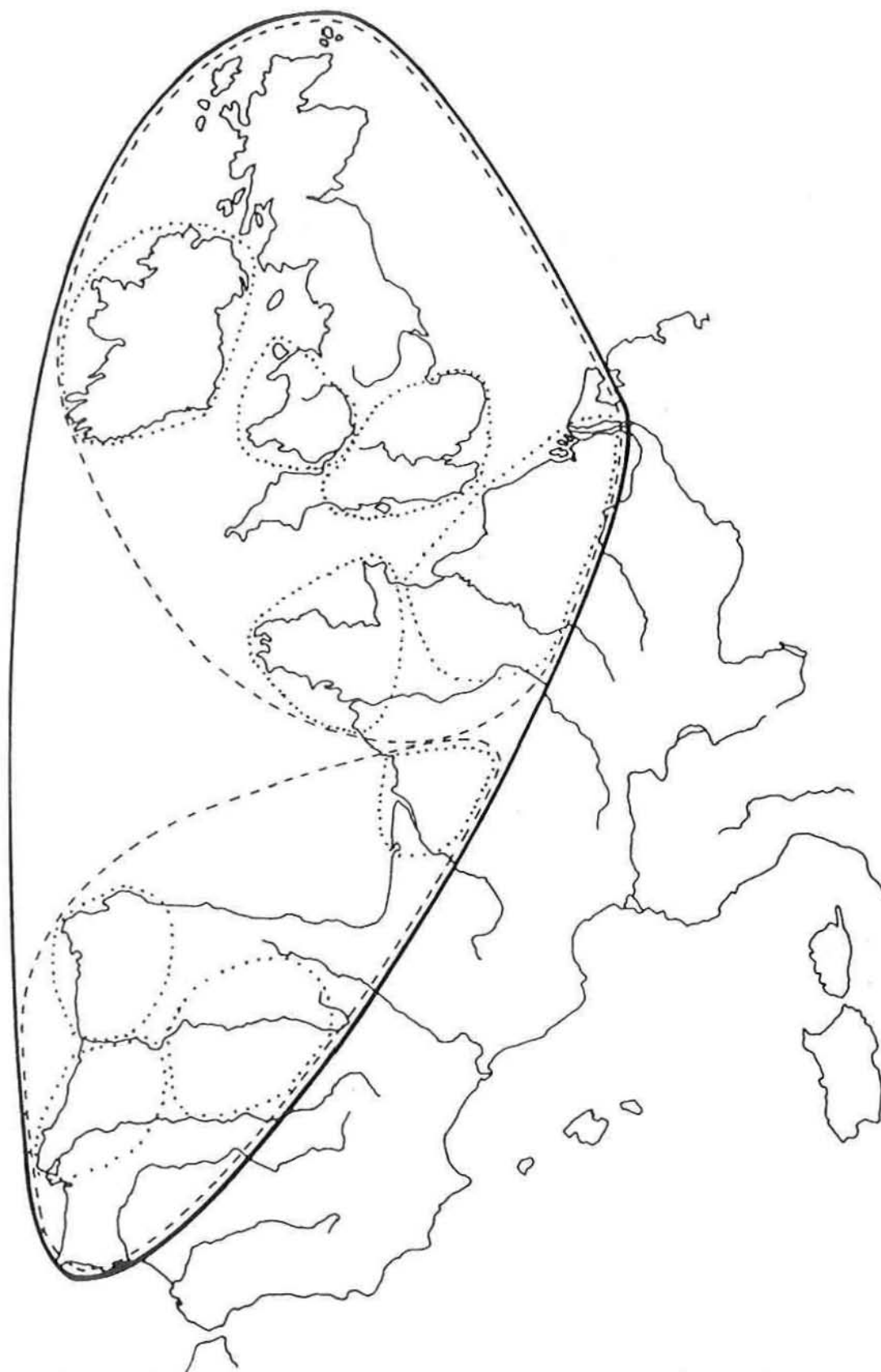


Fig. 12 — Desenvolvimento espacial do Bronze Final atlântico na sua fase terminal e respectivas sub-áreas culturais, de significado específico (seg. Brun, 1991). Legenda: traço contínuo — Complexo; tracejados — grupos de Culturas; pontilhados — Culturas.

manufacturados, por via marítima, tanto para o Norte atlântico como para o Sul mediterrâneo, conclui-se que esta seria a área ideal para proceder à transformação da matéria prima e difusão dos respectivos objectos manufacturados.

O território português, configurava-se, no fim do Bronze Final, como constituído por diversas áreas geográficas, económicas e culturais específicas, estreitamente ligadas aos fluxos transregionais de índole comercial (que alguém já designou sendo uma proto-Comunidade Europeia), espaço complexo onde se intersectavam múltiplos interesses (**Fig. 12**). Interesses que, afinal, se afiguravam indissociáveis dessas duas realidades geográficas, sociais e humanas sempre presentes — o Atlântico e o Mediterrâneo — de cujo caldeamento resultaram traços essenciais e permanentes, ainda hoje presentes, no nosso próprio quotidiano e vivência colectiva.

BIBLIOGRAFIA

- Alarcão, J. de (coordenado por, 1996) — *De Ulisses a Viriato. O primeiro milénio a.C.* Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia.
- Alarcão, J. de (2001) — Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 4 (2), pp. 293-349.
- Almagro, M. (1958) — Deposito de la ría de Huelva. *Inventaria Archeologica*, fasc. 1-4: E.1. Madrid, 39 láminas.
- Almagro, M. (1966) — *Las estelas decoradas del Suroeste peninsular.* Madrid, Biblioteca Praehistorica Hispana, 8, 215 pp.
- Almagro-Basch, M. (1972) — Los idolos y la estela decorada de Hernan Pérez (Cáceres) y el ídolo estela de Tabuyo del Monte (Léon). *Trabajos de Prehistoria*, 29, pp. 83-124.
- Almagro-Basch, M. (1974) — Nuevas estelas decoradas de la Península Ibérica. *Miscelánea Arqueológica* (XXV Aniversário de los Cursos Internacionales de Prehistoria y Arqueología en Ampurias – 1947 / 1971). 1, pp. 5-39.
- Almagro-Gorbea, M. (1972) — La espada de Guadalajara y sus paralelos peninsulares. *Trabajos de Prehistoria*, 29, pp. 55-82.
- Almagro-Gorbea, M. (1990) — El periodo orientalizante en Extremadura. *La Cultura tartésica y Extremadura.* Cuadernos Emeritenses, 2, pp. 85-125.
- Almagro-Gorbea, M. (1993) — La introducción del hierro en la Peninsula Iberica. Contactos precoloniales en el Periodo protoorientalizante. *Complutum*, 4, pp. 81-94.
- Almagro-Gorbea, M. (1995) — Ireland and Spain in the Bronze Age. *Ireland in the Bronze Age.* Dublin, Stationery Office, pp. 137-148.
- Almagro-Gorbea, M. (1998) — «Precolonización» y cambio cultural en el Bronce Atlántico. *In Existe uma Idade do Bronze Atlântico?* (S. Oliveira Jorge, ed.), pp. 81-100 (Trabalhos de Arqueologia, 10).
- Armbruster, B. (1995) — O colar de Sintra. *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de Poder* (S. Oliveira Jorge, ed.), p. 103.
- Armbruster, B. & Parreira, R. (coordenado por, 1993) — *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia — coleção de ourivesaria. I — Do Calcolítico à Idade do Bronze.* Lisboa, Instituto Português de Museus.

- Barros, L. de (2000) — *O fim do Bronze e a Idade do Ferro no território de Almada*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2 vol.
- Belén, M.; Escacena, J. L.; & Bozzino, M. I. (1991) — El mundo funerario del Bronce Final en la fachada atlántica de la península Iberica. I — Análisis de la documentación. *Trabajos de Prehistoria*, 48, pp. 225-256.
- Bettencourt, A. M. S. (1998) — O conceito de Bronze Atlântico na Península Ibérica. *Existe uma Idade do Bronze Atlântico ?* (S. Oliveira Jorge, ed.), pp. 18-34. (Trabalhos de Arqueologia, 10).
- Bettencourt, A. M. S. (2000a) — O vale do Cávado (Norte de Portugal) dos finais do III Milénio aos meados do I milénio AC: sequências cronológico-culturais. *Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular* (Vila Real, 1999). Porto. 4, pp. 79-93.
- Bettencourt, A. M. S. (2000b) — O povoado de São Julião, Vila Verde, Norte de Portugal, nos finais da Idade do Bronze e na transição para a Idade do Ferro. *Cadernos de Arqueologia* (Universidade do Minho), 10, 148 pp.
- Brun, P. (1991) — Le Bronze Atlantique et ses subdivisions culturelles: essai de définition. In *L'Âge du Bronze Atlantique* (Ch. Chevillot e A. Coffyn, ed.). Beynac, pp. 11-24.
- Cardoso, J. L. (1995) — O Bronze Final e a Idade do Ferro na região de Lisboa: um ensaio. *Conimbriga*, 34, pp. 33-74.
- Cardoso, J. L. (1996) — O Bronze Final da Baixa Estremadura e as cerâmicas de ornatos brunidos da Lapa do Fumo (Sesimbra). *Sesimbra Cultural*, 5, pp. 6-14.
- Cardoso, J. L. (1997/1998a) — As cerâmicas de ornatos brunidos da gruta do Correio-Mor (Loures). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 7, pp. 155-167.
- Cardoso, J. L. (1997/1998b) — O povoado do Bronze Final do Castelo dos Mouros (Sintra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 7, pp. 169-187.
- Cardoso, J. L. (1999/2000) — Aspectos do povoamento da Baixa Estremadura no decurso da Idade do Bronze. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 8, pp. 355-413.
- Cardoso, J. L. (2000a) — A sepultura da Roça do Casal do Meio (Sesimbra) no quadro dos rituais funerários da Idade do Bronze da Baixa Estremadura. *Discursos*, Série III, 2, pp. 243-251.

- Cardoso, J. L. (2000b) — Manifestações funerárias da Baixa Estremadura no decurso da Idade do Bronze e da Idade do Ferro (II e I milénios AC): breve síntese. *Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular* (Vila Real, 1999), 5, pp. 61-99.
- Cardoso, J. L. (2000c) — Na Arrábida, do Neolítico Antigo ao Bronze Final. *Trabalhos de Arqueologia*, 14, pp. 45-70.
- Cardoso, J. L. & Carreira, J. R. (1993) — Le Bronze Final et le début de l'Âge du Fer dans la région riveraine de l'estuaire du Tage. *Méditerranée*, 2, pp. 193-206.
- Cardoso, J. L.; Rodrigues, J. S.; Monjardino, J. & Carreira, J. R. (1986) — A jazida da Idade do Bronze Final da Tapada da Ajuda. *Lisboa, Revista Municipal*, Série II, 15, pp. 3-18.
- Cardoso, J. L.; Caninas, J. C. & Henriques, F. (1998) — Duas cabanas circulares da Idade do Bronze do Monte de São Domingos (Malpica do Tejo, Castelo Branco). *Estudos Pré-Históricos*, 6, pp. 325-345.
- Coffyn, A. (1983) — La fin de l'Âge du Bronze dans le centre-Portugal. *O Arqueólogo Português*, Série IV, 1, pp. 169-196.
- Coffyn, A. (1985) — *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*. Paris, Diffusion De Boccard.
- Coffyn, A. (1998) — Une entité contestée: le Bronze atlantique. *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?* (S. Oliveira Jorge, ed.), pp. 166-178 (Trabalhos de Arqueologia, 10).
- Coffyn, A. & Sion, H. (1993) — Les relations atlanto-méditerranéennes. Eléments pour une révision chronologique du Bronze Final atlantique. *Méditerranée*, 2, pp. 285-310.
- Cruz, D. J. & Gonçalves, A. A. Huet B. (1998/1999) — A necrópole de "Agra de Antas" (S. Paio de Antas, Esposende, Braga). *Portugalia*, Nova Série, 19/20: 5-27.
- Cruz, D. J.; Gomes, L. F. C. & Carvalho, P. M. Sobral de (1998) — O grupo de *tumuli* "da Casinha Derribada" (concelho de Viseu). *Conimbriga*, 37, pp. 5-76.
- Cruz, D. J.; Vilaça, R.; Santos, A. T. & Marques, J. N. (2000) — O Grupo de *tumuli* do Pousadão (Vila Nova de Paiva, Viseu). *Estudos Pré-Históricos*, 8, pp. 125-150.
- Cruz, J. C. Martín de la (1992) — La Península Iberica y el Mediterraneo en el segundo milenio A.C. *In El Mundo Micénico — cinco siglos de la*

- primera civilizacion europea 1600-1100 a.C.* (J. L. Melena, ed.), pp. 110-114.
- Curado, F. P. (1984) — Uma nova estela do Bronze Final na Beira Alta (Baraçal, Sabugal — Guarda). *Arqueologia*, 9: 81-85.
- Fabião, C. (1993) — O Bronze Final. In *História de Portugal* (dirigida por J. Mattoso), vol. 1: Antes de Portugal. Lisboa, Estampa, pp. 79-119.
- Gomes, M. V. & Monteiro, J. P. (1976 / 1977) — As estelas decoradas da Herdade de Pomar (Ervidel — Beja) — estudo comparado. *Setúbal Arqueológica*, 2/3, pp. 281-343.
- González-Prats, A. (1990) — *Nueva luz sobre la Protohistoria del Sudeste*. Alicante, 357 p.
- Harbinson, P. (1967) — Mediterranean and atlantic elements in the Early Bronze Age of Northern Portugal and Galicia. *Madrid Mitteilungen*, 8, pp. 100-122.
- Jorge, S. Oliveira (1988) — reflexões sobre a Pré-História Recente do Norte de Portugal. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 28 (1/2), pp. 85-112.
- Jorge, S. Oliveira (coordenado por, 1995) — *A Idade do Bronze em Portugal — discursos de poder*. Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia.
- Jorge, S. Oliveira (1996) — Regional diversity in the Iberian Bronze Age — on the visibility and opacity of the archaeological record. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 36, pp. 193-214.
- Jorge, S. Oliveira (1998a) — Later prehistoric monuments of Northern Portugal: some remarks. *Journal of Iberian Archaeology*, 0, pp. 105-113.
- Jorge, S. Oliveira (1998b) — A lição de um Colóquio. *Existe uma Idade do Bronze Atlântico ?* (S. Oliveira Jorge, ed.), pp. 283-285 (Trabalhos de Arqueologia, 10).
- Kalb, Ph. (1980a) — O “Bronze Atlântico” em Portugal. *Actas do seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular* (Guimarães, 1980), 10 p.
- Kalb, Ph. (1980b) — Zur Atlantischen Bronzezeit in Portugal. *Germania*, 58, pp. 25-59.
- Kalb, Ph. (1998) — Produção local e relações a longa distância na Idade do Bronze Atlântico do Oeste da Península Ibérica. In *Existe uma Idade do Bronze Atlântico ?* (S. Oliveira Jorge, ed.), pp. 157-165 (Trabalhos de Arqueologia, 10).

- Kalb, Ph. & Hock, M. (1980) — Cabeço da Bruxa, Alpiarça (district Santarém) vorbericht uber die Grabung im Januar und Februar 1979. *Madriider Mitteilungen*, 21, pp. 91-108.
- Lo Schiavo, F. (1991) — La Sardaigne et ses relations avec le Bronze Final atlantique. *L'âge du Bronze Atlantique* (Ch. Chevillot e A. Coffyn, ed.). Beynac, pp. 213-226.
- Mac-White, E. (1951) — *Estudios sobre las relaciones atlánticas de la Península hispánica en la Edad del Bronce* (Dissertaciones Matritenses, II). Madrid, 151 p.
- Marques, G. (1972) — *Arqueologia de Alpiarça. As estações representadas no Museu do Instituto de Antropologia do Porto*. Trabalhos do Instituto de Antropologia Dr. Mendes Corrêa, 13, 37 p.
- Marques, G. & Andrade, G. M. (1994) — Aspectos da Proto-História do território português. 1 — Definição e distribuição geográfica da Cultura de Alpiarça (Idade do Ferro). *Actas do Terceiro Congresso Nacional de Arqueologia* (Porto, 1973). Porto, 1, pp. 125-148.
- Mederos-Martin, A. (1999a) — La metamorfosis de Villena. Comercio de oro, estaño y sal durante el Bronce Final entre el Atlántico y el Mediterráneo (1625-1300 AC). *Trabajos de Prehistoria*, 56 (2), pp. 115-136.
- Mederos-Martin, A. (1999b) — *Ex Occidente Lux*. El comercio micénico en el Mediterráneo Central y Occidental (1625-1100 AC). *Complutum*, 10, pp. 229-266.
- Mederos, A. & Harrison, R. J. (1996) — “Placer de dioses”. Incensarios en soportes com ruedas del Bronce Final de la Peninsula Iberica. *Complutum Extra*, 6 (1), pp. 237-253.
- Melo, A. A. (2000) — Armas, utensílios e esconderijos. Alguns aspectos da metalurgia do Bronce Final: o depósito do Casal dos Fiéis de Deus. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 3 (1), pp. 15-120.
- Monteagudo, L. (1977) — *Die Beile auf der Iberischen Halbinsel*. München, 312 p.
- Perea, A. (1991) — *Orfebrería Prerromana: arqueologia del oro*. Madrid, Comunidad de Madrid, Consejería de Cultura.
- Ruiz-Gálvez, M. (1991) — Songs of a wayfaring lad. Late Bronze Age Atlantic exchange and the building of the regional identity in the west Iberian Peninsula. *Oxford Journal of Archaeology*, 10 (3), pp. 277-306.

- Ruiz-Gálvez Priego, M. (1995a) — Depósitos del Bronce Final: sagrado o profano? Sagrado y, a la vez, profano? *Ritos de Paso y Puntos de Paso - la ría de Huelva en el mundo del Bronce Final Europeo* (M. Ruiz-Gálvez Priego, ed.). Complutum Extra, 5, pp. 21-32.
- Ruiz-Gálvez Priego, M. (1995b) — El significado de la ría de Huelva en el contexto de las relaciones de intercambio y de las transformaciones producidas en la transición Bronce Final/Edad del Hierro. *Ritos de Paso y Puntos de Paso - la ría de Huelva en el mundo del Bronce Final Europeo* (M. Ruiz-Gálvez Priego, ed.). Complutum Extra, 5, pp. 21-32.
- Schubart, H. (1975) — *Die Kultur der Bronzezeit im Südwesten der Iberischen Halbinsel*. Vol. 1, Text; Vol. 2, Tafeln. Berlin, Walter de Gruyter.
- Senna-Martinez, J. C. de (1994) — Entre Atlântico e Mediterrâneo: algumas reflexões sobre o Grupo Baiões/Santa Luzia e o desenvolvimento do Bronze Final peninsular. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 2, pp. 215-232.
- Senna-Martinez, J. C. de (1998) — Produção, ostentação e redistribuição: estrutura social e economia política no Grupo Baiões/Santa Luzia. In *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?*, pp. 218-230 (S. Oliveira Jorge, ed.) (Trabalhos de Arqueologia, 10).
- Senna-Martinez, J. C. de (2000) — O “Grupo Baiões/Santa Luzia” no quadro do Bronze Final do Centro de Portugal. *Por Terras de Viriato. Arqueologia da região de Viseu*, Viseu, pp. 119-146.
- Silva, A. C. Ferreira da (1986) — *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira, Câmara Municipal de Paços de Ferreira - Museu Arqueológico da Citânia de Safins.
- Silva, A. C. F. da & Gomes, M. V. (1992) — *Proto-História de Portugal*. Lisboa, Universidade Aberta.
- Silva, M. D. O. (2000) — Estátua-menir de A-de-Moura (Santana de Azinha, Guarda). *Estudos Pré-Históricos*, 8, pp. 229-236.
- Spindler, K.; Castello-Branco, A. de; Zbyszewski, G. & Ferreira, O. da Veiga (1973/1974) — Le monument à coupole de l’âge du Bronze Final de la Roça do Casal do Meio (Calhariz). *Comunic. Serv. Geol. Portugal*, 57, pp. 91-153.

- Taramelli, A. (1921) — Il ripostiglio dei bronzi nuragici di Monte Sa Idda di Decimoputzu (Cagliari). *Monumenti Antichi*, 27, pp. 5-98.
- Vicente, E. P. & Andrade, G. M. (1971) — A estação arqueológica do Cabeço dos Moinhos. Breve notícia. *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia* (Coimbra, 1970), 2, pp. 223-238.
- Vilaça, R. (1995) — *Aspectos do povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos finais da Idade do Bronze* (2 vols.). Lisboa, *Trabalhos de Arqueologia*, 9.
- Vilaça, R. (1997) — Uma nova leitura para o Monte do Frade (Penamacor). *Conimbriga*, 36, pp. 27-44.
- Vilaça, R. (2000) — Registos e leituras da Pré-História Recente e da Proto-História Antiga da Beira Interior. *Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular* (Vila Real, 1999). Porto. 4, pp. 161-182.
- Vilaça, R. (no prelo) — Do Bronze ao Ferro no território português (a investigação arqueológica nas duas últimas décadas). *CLIO — Série Arqueológica*. Universidade Federal de Pernambuco.
- Vilaça, R. & Cruz, D. J. (1999) — Práticas funerárias e culturais dos finais da Idade do Bronze na Beira Alta. *Arqueologia*. 24, pp. 73-99.
- Vilaça, R.; Cruz, D. J. & Gonçalves, A. A. H. B. (1999) — A necrópole de Tanchoal dos Patudos (Alpiarça, Santarém). *Conimbriga*, 38, pp. 5-29.